

CONJUNTURA DA
CONSTRUÇÃO
ANO VII | Nº 1 | MARÇO 2009

Copa 2014
Uma agenda
inadiável de
oportunidades

O QUE ESPERAR DO PACOTE HABITACIONAL?

Impactos na renda e no emprego
Disponibilidade para investimentos
Desafios da política urbana



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

SindusCon SP
o Sindicato da Construção

CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO

Conjuntura da Construção é uma publicação trimestral conjunta do SindusCon-SP e da FGV. É permitida a reprodução total ou parcial da publicação.

Diretores da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos (Executivo), Ricardo Simonsen (Técnico) e Antônio Carlos Aidar (Controle)

Diretor de economia do SindusCon-SP: Eduardo May Zaidan

Editores: Ana Maria Castelo, Edney Cielici Dias (executivo) e Fernando Garcia

Colaboraram nesta edição: André C Michelin, Andressa de Souza

Horikawa, Denise Inoue, Maria Henriqueta Alves, Robson Gonçalves,

Roseane Petronilo, Sérgio Camara Bandeira e Victor Albuquerque

Arte e diagramação: André C. Michelin

Foto da capa: Lu Santos, prédios da Cohab em São Paulo

Jornalista Responsável: Rafael Marko. MTE 12522

Publicidade: Ana Maria Castelo, Tel.: (11) 3281 3295, Fax: (11) 3281 7891, e-mail: ana.castelo@fgv.br. Av Paulista 548 - 9º andar, São Paulo - SP, 01310-000, Tel.: (11) 3281 3254 / 7784, Fax: (11) 3281 7891, e-mail: construeditoria@fgvsp.br

SindusCon  **SP**
o Sindicato da Construção

Presidente: Sergio Tiaki Watanabe

Vice-presidentes: Cristiano Goldstein, Delfino Paiva Teixeira de Freitas, Francisco Antunes de Vasconcellos Neto, Haruo Ishikawa, José Antonio Marsiglio Schuvarz, José Carlos Molina, José Roberto Pereira Alvim, Luiz Antônio Messias, Marcos Roberto Campilongo Camargo, Maristela Alves Lima Honda, Maurício Linn Bianchi, Odair Garcia Senra, Paulo Brasil Batistella

Diretores Regionais: José Batista Ferreira, José Roberto Alves, Luis Gustavo Ribeiro, Luiz Cláudio Minniti Amoroso, Paulo Piagentini, Ricardo Beschizza, Ronaldo de Oliveira Leme, Silvio Benito Martini Filho

SindusCon-SP: Rua Dona Veridiana 55, São Paulo - SP, 012338-010, Tel.: (11) 3334 5642, Fax: (11) 3224 0566 R. 306, www.sindusconsp.com.br



**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou

Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermirio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Nestor Just

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: José Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alberto Novo Cabaleiro Neto (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S/A), Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Hélio Ribeiro Duarte (HSBC Investment Bank Brasil S.A - Banco de Investimento), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Romeu de Figueiredo Temporal (Estado da Bahia), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro), Sergio Murray (Federação Brasileira de Bancos), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Aldo Floris, (Brascan Brasil Ltda), Gilberto Duarte Prado, Luiz Roberto Nascimento Silva, Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédito Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Pedro Freitas (Cia. Vale do Rio Doce), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury



3 Editorial

Na busca do desenvolvimento

Via Anticíclica

4 Habitação entra na agenda social do governo

8 O país está preparado para combater a crise com mais gastos?

10 A trajetória da crise no mundo

12 O papel do investimento em infra-estrutura

14 Planejamento urbano

O crescimento da construção e as cidades ocas

16 Opinião

José Roberto Bernasconi

Copa no Brasil, vitrine ou vidraça?

18 Indicadores da construção

Os primeiros sinais de 2009

20 Sondagem

As duas faces da crise

21 Indicadores da construção

Editorial

Na busca do desenvolvimento

A CRISE mostra que o Brasil mudou para melhor. Os avanços poderiam ser ainda maiores, pode-se corretamente emendar, mas o que se conseguiu não pode ser ignorado. O novo contexto do país não deve ser apreciado em termos meramente quantitativos, sob pena de perder a avaliação de um aspecto decisivo para o processo de construção social: a mudança de perspectiva, de agenda, de mentalidade.

A informação de quanto PIB brasileiro crescerá neste ano é indubitavelmente relevante. Mas talvez o mais importante seja verificar que o país está inserido no seletivo grupo de países que crescerão, enquanto economias importantes administram recessões. Em um momento em que é importante concentrar esforços para preservar a trajetória do crescimento econômico, é com satisfação que se constata que o diálogo entre governo, empresários e trabalhadores está muito mais amadurecido.

No que se refere à cadeia da construção civil, a prioridade é manter alto o nível de atividade e emprego. A política que se anuncia irá se refletir em uma forte expansão do número de moradias para as famílias de baixa renda, com efeitos diretos na qualidade de vida da população. Os tempos são bem outros.

Paralelamente, a mudança qualitativa da agenda tem que ser acompanhada de um aperfeiçoamento das políticas. Qual o potencial do pacote habitacional? Qual a folga do governo para investimentos? Quais são perspectivas para a execução de uma política urbana digna desse nome? Lembrete: há uma Copa do Mundo para ser organizada até 2014 e não se pode perder tempo, como mostra o artigo de José Roberto Bernasconi, presidente do Sindicato da Arquitetura e Engenharia.

Por fim, muito tem que ser feito, a margem de erro é pequena e as oportunidades não podem ser perdidas. Com isso em mente, esta edição traz artigos que procuram trazer subsídios para um debate qualificado dos desafios para o setor.

A crise em outras palavras

“ A realidade é sempre mais sutil e irônica do que as nossas conjecturas.”

George Steiner, crítico e professor de Oxford, no prólogo de seu livro *Depois de Babel*.

“ Talvez seja necessário temporariamente nacionalizar alguns bancos de forma a facilitar uma reestruturação mais ordenada. Eu entendo que, uma vez a cada cem anos, isso tem que ser feito.”

Alan Greenspan, ex-presidente do Fed e um dos responsáveis pela liberalização do sistema financeiro americano, no *Financial Times* de 18 de fevereiro.

“ A economia brasileira mudou drasticamente e para melhor, a despeito do que dizem o pessimismo midiático mal informado e parte da academia. Esta, em lugar de tentar entender como funciona a natureza, tenta ensiná-la como funcionar.”

Antonio Delfim Netto, economista e ex-ministro da Fazenda, no *Valor* de 3 de março.



Habitação entra na agenda social do governo

Fernando Garcia e Ana Maria Castelo

A AGENDA social do governo Lula Aganhou, no início de 2009, um novo compromisso com meta ambiciosa: a construção de 1 milhão de moradias subsidiadas para a população de baixa renda em dois anos. A bolsa habitação, como vem sendo chamada, é um programa assentado no crédito com subsídio progressivo (experiência vivida nas políticas habitacionais chilena e

mexicana) e na proposição de um seguro contra a inadimplência - o Fundo Garantidor. Ainda na prancheta e, portanto, sem todos os detalhes operacionais definidos, dois pontos podem ser antecipados com relação ao programa: (i) ele é seguramente uma política com perspectiva anticíclica e (ii) é um programa que envolve grandes e inéditos desafios operacionais.

Máquina de emprego

Um programa que pretende a construção de 1 milhão de unidades habitacionais em dois anos é uma verdadeira máquina de geração de renda e emprego, muito bem-vinda por ser uma firme opção pela política anticíclica combinada com uma política social agressiva no setor de moradia.

Para a construção desse número de moradias, estimam-se investimentos de

R\$ 39,5 bilhões em dois anos. Supondo que metade das obras fosse realizada em 2009, o investimento promoveria um acréscimo de R\$ 10,5 bilhões no PIB da construção civil e R\$ 10,2 bilhões no PIB dos demais setores da cadeia produtiva da construção (indústria, comércio e serviços), totalizando R\$ 20,7 bilhões de renda. Em termos relativos, esse programa promoveria um crescimento de 8,2% do PIB da construção e a economia brasileira como um todo cresceria 0,7 ponto percentual a mais em 2009 e 2010.

Um dos efeitos mais notáveis do programa se refere a seu potencial de geração de emprego. A cada ano, seriam criados mais de 300 mil empregos diretos somente na construção civil. Isso representa um aumento de 14,7% em relação ao número médio de empregados em 2008 e corresponde a três vezes o número de postos de trabalho encerrados na construção civil brasileira nos três últimos meses do ano passado. Nos demais setores da cadeia produtiva da construção, seriam criados outros 229 mil empregos indiretos, totalizando mais de meio milhão de postos de trabalho a mais em 2009, o equivalente a 0,6% do pessoal ocupado em todo o país. Com o crescimento do emprego, a massa salarial seria expandida em mais de R\$ 3 bilhões somente na construção civil e outros R\$ 4,3 bilhões nos demais setores. É uma renda importante para a manutenção das despesas de consumo das famílias brasileiras.

Por conta do impulso de demanda e dos efeitos indiretos sobre a geração de emprego e renda, o programa também ampliaria a base de arrecadação tributária. A cada ano, o crescimento da renda gerada com o programa permitirá ao governo recuperar cerca de R\$ 4,7 bilhões em impostos.

Por fim, vale destacar a dimensão social de uma política dessa natureza, visto que a construção de 1 milhão de habitações populares reduziria de forma expressiva o déficit habitacional do país. Considerando a estimativa do déficit com base na metodologia da FGV para 2007, de 7,2 milhões de unidades habitacionais, o déficit relativo seria reduzido de 12,8% para 11,9% do total de domicílios, ou quase

1 ponto percentual somente em 2009. O impacto seria ainda mais expressivo nos Estados mais pobres da Federação, como o Maranhão (redução de 2,4 pontos percentuais) e o Pará (2,0).

Desafios

Dada magnitude dos reflexos sociais de um programa como esse e os valores nele envolvidos, essa parece ser uma política com horizonte longo. Contudo, há que considerar as dificuldades à frente. A própria demora do governo em conseguir anunciar o pacote reflete a complexidade que envolve essa meta.

O primeiro grande desafio é inserir o programa e suas metas num projeto de longo prazo de política habitacional. Planejar a construção de 1 milhão de habitações requer a estruturação de uma política que pense as metas a partir de um contexto de desenvolvimento urbano, em que as demais esferas governamentais estejam envolvidas. Por exemplo, encontrar áreas legalizadas e disponíveis pode se tornar uma tarefa muito difícil sem o auxílio dos Estados e prefeituras.

Um programa dessa magnitude necessita de definição de fontes de recursos e de critérios transparentes de distribuição do dinheiro entre as unidades da Federação e, principalmente, entre os cidadãos. Finalmente, o Bolsa Habitação requer a formação de parcerias entre o Estado e os setores produtivos e financeiros – a construção, a indústria e o comércio, para viabilizar a edificação de habitações a baixo custo, e o setor financeiro, para suprir os fundos.

Mas além do arcabouço institucional de sustentação num horizonte temporal mais extenso, a construção de 1 milhão de moradias em dois anos terá que enfrentar desafios cotidianos que podem atrasar em muito a consecução das metas.

≡ **Burocracia para aprovação:** para construir é necessário um projeto aprovado pela secretaria de habitação do município. No caso das habitações de interesse social, que, em geral, estão relacionadas a áreas maiores, e que podem envolver corte de vegetação, há a necessidade de aprovação também por parte dos órgãos estaduais de controle ambiental.

Para percorrer todas as etapas de aprovação em prefeituras e Estados, pode-se levar até 6 meses;

≡ **Burocracia para financiamento:** a Caixa Econômica Federal é o principal agente de financiamento das habitações de interesse social e, para a aprovação de projetos, a instituição também estabelece requisitos que, muitas vezes, podem exigir mais tempo (mais 6 meses) para a aprovação final do projeto;

≡ **Impostos:** a carga tributária sobre a habitação de interesse social é elevada e sua redução não depende apenas do governo federal. Do custo de construção de uma moradia popular, 28% correspondem a impostos e contribuições. Cerca de 20% dos tributos têm origem nas prefeituras e governos estaduais e outros 13% estão baseados em direitos trabalhistas.

≡ **Risco de crédito:** o interesse no sistema financeiro em financiar a habitação popular aumentou ao longo de 2008 com a melhora da renda e das condições de crédito. No entanto esse envolvimento nunca foi muito expressivo por conta do maior risco de crédito da população pobre. Nesse sentido, não se deve esperar um envolvimento espontâneo do mercado. Por outro lado, a diminuição do risco de crédito, com a criação de seguros mais baratos e, principalmente, por meio de um fundo garantidor, permitirá a superação dessa dificuldade.

Por fim, vale lembrar que no auge do funcionamento do Sistema Financeiro da Habitação, nos anos 80, conseguiu-se financiar a construção de cerca 200 mil habitações para a baixa renda (Carteira de Operações Sociais). Recentemente o país voltou a financiar a construção de moradias (310 mil unidades habitacionais em 2008), sendo que o número de unidades novas financiadas com recursos do FGTS foi de 140 mil na média dos últimos três anos. Isso mostra a falta de avanço da capacidade de implantação de política habitacional nesses quase 30 anos. Que o novo pacote possa representar um marco decisivo de mudança dessa situação.

Os impactos do pacote habitacional



Um investimento de R\$ 19,8 bilhões em 12 meses gera:

Empregos

na construção	302.968	14,7%
em outros setores	228.997	0,3%
em toda a economia	531.965	0,6%

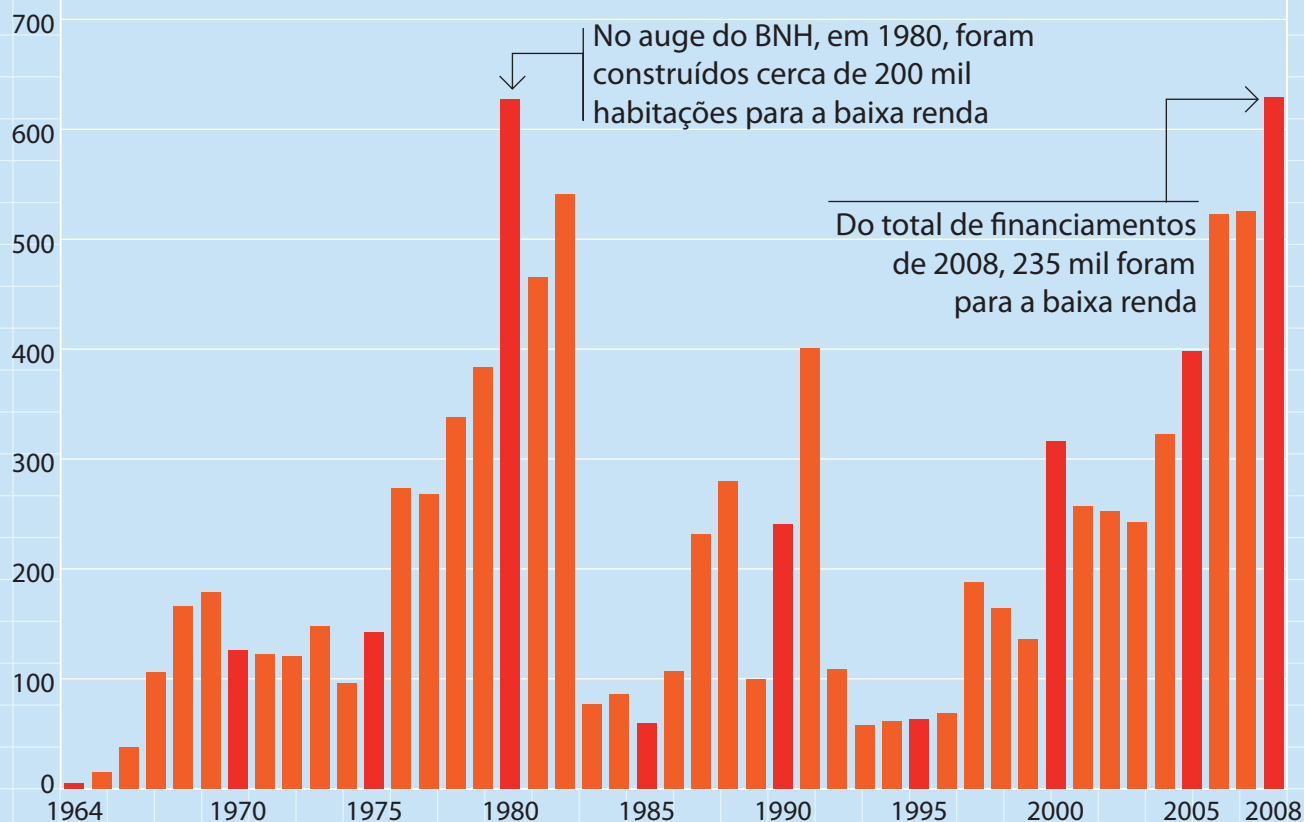
Cerca de 3 vezes o número de postos de trabalho da construção encerrados no último trimestre de 2008

No PIB (R\$ milhões)

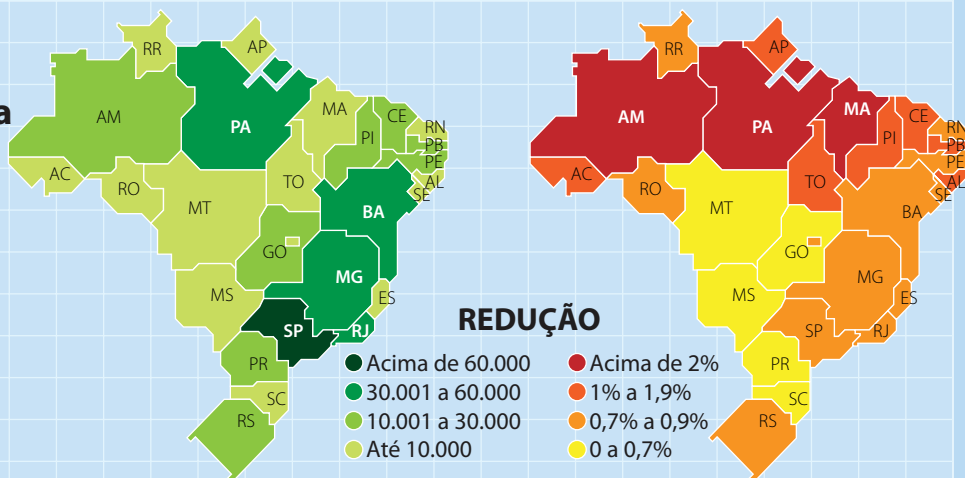
da construção	10.509,08	8,2%
dos outros setores	10.198,79	0,4%
em toda a economia	20.707,88	0,7%

Sozinho, o pacote reverte o efeito da crise internacional sobre a construção e colabora para o crescimento brasileiro em 2009

Financiamentos ano a ano (em mil unidades)



Redução do déficit habitacional em 12 meses de programa



UF	em 2007	após 1 ano	redução	relativo (%)
São Paulo	1.358.806	1.264.573	94.233	0,7%
Rio de Janeiro	665.058	618.937	46.121	0,9%
Pará	547.109	509.167	37.942	2,0%
Minas Gerais	542.778	505.137	37.641	0,6%
Bahia	537.494	500.219	37.275	0,9%
Maranhão	533.887	496.862	37.025	2,4%
Ceará	422.756	393.438	29.318	1,3%
Rio G. do Sul	355.131	330.503	24.628	0,7%
Pernambuco	312.987	291.281	21.706	0,9%
Amazonas	240.427	223.753	16.674	2,1%
Paraná	238.442	221.906	16.536	0,5%
Piauí	187.15	174.171	12.979	1,6%
Paraíba	167.346	155.741	11.605	1,2%
Goiás	148.398	138.107	10.291	0,6%
Santa Catarina	132.421	123.238	9.183	0,5%
Alagoas	115.827	107.794	8.033	1,0%
Rio G.do Norte	111.786	104.034	7.752	0,9%
Espírito Santo	100.851	93.857	6.994	0,7%
Distrito Federal	73.756	68.641	5.115	0,7%
Mato Grosso	71.569	66.606	4.963	0,6%
Sergipe	69.867	65.022	4.845	0,9%
Tocantins	68.283	63.548	4.735	1,2%
Mato G. do Sul	66.36	61.758	4.602	0,6%
Rondônia	57.004	53.051	3.953	0,9%
Acre	38.351	35.691	2.660	1,6%
Amapá	30.854	28.714	2.140	1,4%
Roraima	15.154	14.103	1.051	0,9%
Brasil	7.209.852	6.709.852	500.000	0,9%

O país está preparado para combater a crise com mais gastos?

Robson Gonçalves e Ana Maria Castelo

O APROFUNDAMENTO da crise recolocou no debate econômico uma discussão bastante cara aos economistas: os benefícios (ou malefícios) de uma política fiscal expansionista na recuperação da rota de crescimento. A necessidade de maiores gastos tem sido defendida por economistas renomados como Paul Krugman e até por instituições internacionais como o FMI. No contexto doméstico, a questão traz à tona a discussão sobre a capacidade de o governo realizar uma política fiscal anticíclica sem comprometer demasiadamente o front fiscal.

Desde o segundo semestre de 2008, depois das grandes quantias direcionadas ao socorro do sistema financeiro, têm crescido os anúncios de pacotes de investimentos nas principais economias. Da China aos EUA, a intenção dos governos ao elevar a despesa pública é estimular a atividade econômica, ao mesmo tempo em que seriam realizados os investimentos em infra-estrutura necessários para o crescimento de longo prazo.

No Brasil, a necessidade de estimular a economia ficou mais premente após os números assustadores de desaquecimento da indústria nos últimos meses de 2008. Desde então, aumentou a pressão para que o Banco Central reduza de forma mais incisiva a taxa de juros, o que começou a ocorrer. Mas, enquanto essa redução não se traduz em crédito mais abundante, o próprio governo – diretamente ou por meio das empresas públicas – anunciou novos investimentos.

Vale lembrar que, há pouco tempo, o desajuste fiscal foi um grande obstáculo ao equilíbrio macroeconômico no Brasil. As contas públicas em desordem limita-

vam a capacidade do governo de contribuir ativamente com o desenvolvimento econômico e a dívida pública crescente alimentava o fantasma do calote.

Essa história começou a mudar em 1999, quando o compromisso com o ajuste fiscal se tornou explícito. Os resultados primários foram mantidos positivos e, em momentos mais graves, cortes dolorosos de despesa foram realizados. O resultado desse esforço continuado foi sentido com mais intensidade a partir de 2004. O déficit público global chegou a níveis considerados baixos em termos internacionais e a relação dívida pública/PIB passou a cair de forma consistente, com resultados particularmente positivos em 2008.

É certo que a situação fiscal ainda não se materializou em uma folga tal que permita tirar da ordem do dia o aperto das contas públicas. Mas não há dúvida que, em tempos de crise, o quadro mais

ticíclica. A grande aversão ao risco, tanto de empresas quanto de bancos, gera fuga para os títulos públicos. Mesmo que as taxas de juros e os compulsórios sejam reduzidos, esses papéis continuam sendo vistos como um porto seguro em situações de grande incerteza. Os cortes de juros, por sua vez, ao reduzirem as despesas financeiras do setor público, permitem a elevação de outros gastos, especialmente com o investimento do governo, fundamentais tanto para gerar demanda no presente quanto para ampliar a oferta no futuro. Mas o aumento dos gastos públicos não recoloca a ameaça de retorno aos desequilíbrios do passado? Talvez. Tudo depende do ponto de partida do cenário fiscal.

O ano de 2008 foi um marco para o setor público brasileiro. O déficit nominal – ou seja, o resultado global das contas públicas – foi de apenas 1,5% do PIB, o me-

Hoje o governo federal tem uma boa margem de manobra para operar os instrumentos de política fiscal

favorável amplia o raio de manobra do governo federal para manejar os instrumentos de política fiscal sem gerar ameaças à solidez das contas públicas tão arduamente conquistada ao longo dos últimos dez anos.

Por que mais gastos?

Na crise atual, o instrumento monetário mostra-se menos eficaz em uma ação an-

lhor desde 1995. Além disso, esse número é bastante baixo em termos internacionais. Os países da União Européia, por exemplo, têm que manter esse indicador em, no máximo, 3%. Mas muitas economias do bloco têm tido dificuldades em cumprir a meta. No Brasil a situação é diversa, e o déficit está abaixo desse limite desde 2006.

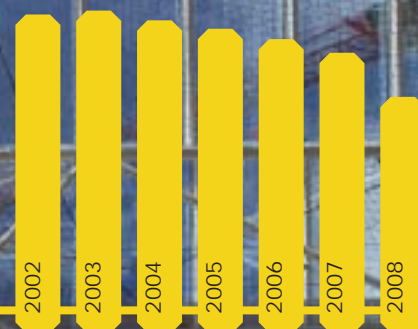
Em 2008, a redução do déficit, somada ao crescimento do PIB de cerca de 5%,

James Hardy

Contas do Setor Público 2002-2008 (% do PIB)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Resultado Primário (a)	4,1	4,3	4,6	4,8	3,8	3,9	4,1
Juros Nominais (b)	14,5	9,5	7,2	8,1	6,8	6,1	5,6
Resultado Nominal (a – b)	-10,4	-5,2	-2,6	-3,3	-3,0	-2,2	-1,5
Relação Dívida/PIB	48,7	49,3	47,8	46,5	44,9	42,8	36,0

Fonte: Boletins do Banco Central



resultaram na queda expressiva da relação dívida/PIB, indicador-síntese de solvência do setor público. Em países como Itália, Grécia e Bélgica, por exemplo, essa relação é próxima a 100%. No Japão, passa de 150%. No Brasil, atingimos o patamar de 36%, o menor em 12 anos. Nem mesmo o forte ajuste da taxa de câmbio foi capaz de colocar em risco esse resultado, pois o setor público tornou-se credor líquido em moeda estrangeira, situação oposta ao que se observava nas crises anteriores. Hoje, para cada 1% de alta do câmbio, a dívida se reduz em 0,15 ponto percentual do PIB.

Como mostram os dados da tabela, esse cenário favorável não é obra do acaso, nem foi conquistado do dia para a noite. Ele é fruto de uma longa caminhada, na qual o superávit primário teve que ser elevado com força em alguns momentos, especialmente durante o ciclo de alta dos juros entre 2004 e 2005. Em 2009, as expectativas são de inflação em queda, o que permite esperar a redução contínua das taxas de juros. Dado que 65,5% da dívida líquida do setor público é diretamente indexada à Selic, a queda de 1 ponto percentual nessa taxa resulta em uma

economia instantânea da ordem de R\$ 6 bilhões por ano.

Fundo do crescimento

Além das políticas monetária e fiscal, o crédito público também pode ser utilizado como instrumento de estímulo à demanda em tempos de incerteza. Essa ferramenta ganhou destaque na crise atual diante da escassez de crédito observada a partir de setembro passado, tanto no mercado interno quanto no internacional. No anúncio do Plano Anual de Financiamento do Tesouro para 2009, o governo mostrou que parte da ampliação da dívida pública prevista para o ano poderá ser destinada ao aumento da oferta de crédito e à geração de recursos para o financiamento de projetos de investimento públicos e privados. Caso as condições de crédito não se normalizem e haja escassez de *funding* para esses projetos, o governo poderá fazer emissões extras de títulos no valor de até R\$ 210 bilhões. Desse total, R\$ 50 bilhões devem ser destinados ao BNDES, contribuindo para que o banco possa atingir a meta de crédito para o ano, fixada em R\$ 116 bilhões. Outros R\$ 50 bilhões seriam emprestados pelo Tesouro ao BNDES em 2010.

Mesmo com níveis maiores de endividamento, o Plano de Financiamento do Tesouro contém diversos elementos de cautela, como a redução do volume de títulos indexados à Selic, o aumento dos prazos de vencimento e a redução dos riscos relacionados com a instabilidade econômica recente.

Como visto, a melhora das contas públicas e a redução da taxa de juros trazem um novo fôlego fiscal, mas a margem de manobra do governo deve ser operada com cautela. Além da evidente limitação desses recursos, o mau uso desses valores gera apenas a deterioração do quadro fiscal sem que ocorra a efetiva melhora na atividade econômica. Isso significa que o aumento dos gastos não deve contribuir para elevar a demanda de forma indiscriminada. Trata-se de elevar as despesas com investimento e, portanto, aumentar a demanda e criar as condições para taxas de crescimento sustentadas no futuro. Dessa forma, vale lembrar que a construção civil tem elevado poder de encadeamento na economia, o que significa que a política anticíclica deve obrigatoriamente considerar o papel do setor para sustentar taxas de crescimento mais elevadas para o país, hoje e no futuro.

A trajetória da crise no mundo

Edney Cielici Dias e Robson Gonçalves

AS projeções de crescimento mundial têm sido revisadas com grandes diferenças ao longo dos últimos meses. O FMI, por exemplo, abaixou sua expectativa de crescimento global para 0,5% em 2009, contra os 2,2% que haviam sido anunciados em outubro. Isso representaria o menor crescimento mundial desde os anos 50, em forte contraste com o desempenho verificado nos últimos anos, quando a economia mundial cresceu a taxas superiores a 3%. Outras projeções são ainda mais pessimistas e apontam para uma surpreendente recessão global. Sem discutir o mérito de previsões específicas, este artigo procura trazer argumentos que ajudem a qualificar esse pessimismo generalizado.

A análise das perspectivas para os próximos anos deve levar em consideração que o crescimento econômico é um processo condicionado em grande medida pelo desempenho passado. Esse histórico não é por si só uma garantia de performance futura, mas representa o horizonte no qual se desenrolará o atual arco de possibilidades. Assim, olhar para o passado de cada economia, na busca de sua dinâmica de crescimento, é um requisito necessário para vislumbrar com certa acuidade o que vem pela frente.

A crise traz consigo um processo de ajuste das trajetórias de crescimento de longo prazo. Diversas economias, inclusive a brasileira, viveram um ciclo de expansão do PIB que implicaram desarmonia de alguns indicadores importantes. Os preços das *commodities*, as bolsas de valores, o valor dos imóveis e muito outros atingiram patamares elevados, em desacordo com os níveis de investimento

e a evolução da produtividade. A onda inflacionária que preocupou o mundo entre 2007 e 2008 era um sintoma disso. A crise, em certa medida, recoloca as economias nos eixos, mas sempre de acordo com as condições gerais de cada uma delas. Dessa maneira, o retorno à trajetória de longo prazo não depende exclusivamente das medidas anticíclicas, mas também do histórico de cada país ou região.

Vícios e virtudes

O modelo de cenários da economia mundial elaborado pela **FGV Projetos** permite analisar os efeitos presentes da crise no contexto da trajetória de longo prazo das economias nacionais. Resultados negativos de curto prazo à parte, os níveis de investimento e produtividade são capazes de sustentar um crescimento mundial da ordem de 2,5% ao ano nas próximas décadas. Esse percentual é inferior aos 3% verificados no período pré-crise. Assim, superadas as atuais dificuldades, o mundo tende a retomar uma trajetória de crescimento mais moderado e com menos sobressaltos.

O volume de comércio internacional de bens e serviços, que havia crescido mais de 11,5% entre 2007 e 2008 deve se retrair quase 3% em 2009. Ao mesmo tempo, os preços das *commodities* (exceto petróleo), que haviam subido mais de 22% no primeiro período, devem recuar 30% este ano. Os impactos mais severos da crise foram sentidos pelos países que apresentavam contas externas desequilibradas e/ou dependiam mais da demanda externa para sustentar seu nível de atividade. Assim, os dois grandes vetores de análise

da crise são a qualidade do sistema financeiro e a relevância do comércio internacional enquanto fonte de demanda em cada economia. A boa posição relativa do Brasil no atual contexto se deve, em larga medida, a dois vícios que inesperadamente se transformaram em virtudes: a) baixa exposição dos bancos do país em ativos de risco, pois as altas taxas de juros internas tornavam esse tipo de operação pouco atraente; e b) o baixo volume de comércio internacional em proporção à demanda doméstica.

O Japão e a Coreia sofrem as consequências da retração do comércio. No caso coreano, as exportações de bens e serviços correspondem a mais de 40% do PIB – no Brasil, não chegam a 15%. A crise atingiu o Japão quando já era verificada uma histórica trajetória de baixo crescimento. Em 2008, o PIB japonês recuou 0,3% e as expectativas para 2009 são de nova queda ainda mais expressiva. Entre 1990 e 2007, sua média de crescimento anual foi de 1,3% – nos próximos anos, segundo as projeções da **FGV Projetos**, o país deve ter um crescimento inferior a 1%. O país convive com uma dificuldade crônica para estimular a demanda interna. Os instrumentos mais tradicionais da política econômica – cortes de juros e impostos – mostram-se pouco eficazes e a alternativa de elevar os gastos e o endividamento públicos também já atingiu seus limites.

Na Europa, a crise impacta economias que sofrem dos males da maturidade – produtividade decrescente, estagnação demográfica – e expõe, mais uma vez, as dificuldades da integração na Zona do Euro. As duas maiores economias desse grupo, Alemanha e França, têm divergido quanto à melhor forma de socorrer empresas em dificuldades e sustentar a demanda agregada. Ao mesmo tempo, as economias menores, como Portugal e Grécia, são afetadas pela escassez de capital externo, elemento-chave para o processo de convergência dos níveis de renda desses países para a média do bloco.

Em termos históricos, a Alemanha já vinha reduzindo seu ritmo de crescimento. Entre 1990 e 2007, essa economia expandiu-se em média 1,7% ao ano – as expectativas para 2009 são de queda no PIB.

Em uma trajetória de longo prazo, o país deve crescer nas próximas décadas a taxas próximas de 1% ao ano. O movimento é semelhante para a França e a Inglaterra, embora mais suave. Essas economias terão queda no PIB em 2009, aprofundando a desaceleração observada no ano passado, mas seus níveis de investimento e de produtividade apontam para uma tendência de crescimento de longo prazo entre 1,5% a 1,9% ao ano.

A Eslovênia e a Polônia têm relevado grande capacidade de resistência à crise. Essas economias estão no extremo oposto de Islândia e Irlanda, altamente impactadas por problemas de seus sistemas financeiros, e têm sido avaliadas como porto seguro para os investimentos da União Européia. Essa posição privilegiada deve-se ao processo bem-sucedido de transição para a economia de mercado, acompanhado de elevação da produtividade e das taxas de investimento.

Em contraste, o processo de transição para economia de mercado é obscuro na Rússia, o que limita os ganhos de eficiência e o ingresso de capitais estrangeiros no país. No passado recente, a economia russa foi bastante beneficiada pela alta de preços das commodities, o que resultou em contas externas equilibradas e aumento expressivo de reservas internacionais. Durante o período 2000-2007, a Rússia cresceu quase 6% ao ano – para os próximos dez anos, o modelo de cenários da **FGV Projetos** aponta para taxas médias de crescimento entre 3% e 3,5%.

Principais atores

No atual momento, a China e os Estados Unidos devem ditar o ritmo de superação da crise mundial pelo dinamismo e pelo volume de suas economias – com altas taxas de produtividade, representam quase um terço do PIB do planeta. O caso chinês, como sempre, é peculiar. Mesmo em desaceleração, a taxa de crescimento de 2008 é invejável para qualquer outro país: 9%. Para 2009, projeta-se crescimento inferior a 7%, ainda muito acima da média mundial. Essa pujança, como se sabe, é baseada na agressiva inserção no mercado mundial de produtos industriais, com baixos custos com mão-de-obra e câmbio desvalorizado. Paralelamente, observa-se



O governo Obama representa uma mudança de perspectiva que reforça as boas possibilidades de longo prazo da economia americana

o movimento contínuo de inserção de milhões de pessoas no mercado consumidor. Soma-se a esses fatores a manutenção de elevadas taxas de investimento, superiores a 40% do PIB.

Diferentemente do Japão, a China tem condições de “crescer para dentro” intensamente. Em um período mais longo, as restrições ao crescimento chinês estão sobretudo na esfera ambiental, pois está claro que o padrão atual não é sustentável. As projeções da **FGV Projetos** indicam que a China não deverá sustentar o crescimento de dois dígitos, mas ainda assim deverá se expandir a uma taxa média acima do dobro do previsto para a economia mundial (5,5% nas próximas décadas).

Nos Estados Unidos, há basicamente três linhas de ação a serem trilhadas pela gestão Obama. A primeira e mais evidente é o estímulo fiscal: cortes de impostos e aumento de gastos, como prescrevem os manuais de macroeconomia. Em segundo lugar, medidas para evitar a quebra de bancos e grandes empresas. Por fim, a mais delicada, ou seja, a recuperação do sistema financeiro.

O fato crítico é que as duas primeiras ações serão infrutíferas sem a terceira. A economia americana é fortemente ancorada no crédito, mas a ampliação da sua oferta já não é mais uma mera questão de baixar juros ou reduzir percentuais de compulsório. A fragilização de instituições renomadas, como as agências hipotecárias, as seguradoras e os grandes bancos, gerou forte aversão ao risco. Como fazer o sistema bancário retomar a oferta de crédito sem que se suspeite de que voltarão a assumir níveis de risco comprometedores? O sucesso da estratégia Obama dependerá da recuperação desse ativo coletivo e intangível chamado confiança. Daí a necessidade de um sistema financeiro firmado em novas bases.

Supondo que essa terceira linha de ação será efetiva, então a capacidade do impulso fiscal para o conjunto da economia será maior. Da mesma forma, a defesa do nível de emprego por meio de operações específicas de salvamento de empresas também terá maiores repercussões. Os números de hoje mostram que a taxa de crescimento dos Estados Unidos foi cortada pela metade entre 2007 e 2008, passando de 2% para 1,1%. Em 2009, segundo o Fed, haverá recessão nos três primeiros trimestres.

Cumprir destacar que o governo Obama tem se pautado por profunda mudança de atitude em questões de fundo, o que envolve um engajamento sincero na defesa dos direitos humanos, na transparência da administração pública e na valorização do empreendedorismo. Trata-se de uma perspectiva que possui a capacidade arejar a relação dos Estados Unidos com o mundo, bastante abalada na gestão Bush. Esse estado de espírito reforça as boas possibilidades de longo prazo da economia americana. As projeções da **FGV Projetos** apontam para um crescimento de 2,5% nos próximos dez anos.

O papel do investimento em infra-estrutura

Robson Gonçalves

EM tempos de crise, o investimento em infra-estrutura tem duplo papel: gerar demanda no presente e garantir a oferta no futuro. E quando a incerteza se agrava, o investimento público em infra-estrutura se torna o fiel da balança. Nesse cenário, é fundamental monitorar os principais projetos do setor. No contexto atual, eles podem servir como um guia capaz de induzir o investimento privado, ampliando o horizonte de planejamento das empresas e deixando-as menos inseguras quanto aos resultados futuros.

Sob esse aspecto, o Brasil é hoje uma economia privilegiada. De um lado, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) não foi feito de improviso para enfrentar a crise. A despeito de falhas que devem ser corrigidas, o modelo de gestão e acompanhamento do programa tem sido aperfeiçoado em seus dois anos de existência. Ao mesmo tempo, grandes projetos não integralmente financiados pelo programa, como o Rodoanel de São Paulo, também estão avançando.

Por fim, as condições fiscais são bastante favoráveis no Brasil hoje. Depois de anos buscando equilibrar suas contas, o setor público apresentou em 2008 resultados muito positivos [ver artigo na pág. 8]. Isso justifica uma política de gastos públicos direcionada ao investimento em infra-estrutura, setor que requer, mais do que nunca, atenção, sobretudo considerando os conhecidos gargalos existentes em todo o país.

Público e privado

Os maiores impactos da crise estão sendo sentidos nos segmentos exportadores. As expectativas de novas quedas nos fluxos de

comércio já resultaram no adiamento ou cancelamento de mais de R\$ 10 bilhões em investimentos do setor privado. A principal razão para o adiamento é o temor de que fiquem ociosos. Foram definitivamente cancelados o novo terminal de exportação de minério de ferro da Samarco em Anchieta, no litoral capixaba, e o porto da empresa de logística LLX, em Peruíbe.

Levantamento feito pelo BNDES revela que houve queda de 6,5% nas intenções de investimento em infra-estrutura para o período 2009-2012. Se confirmada, essa redução representaria uma queda dos investimentos de quase R\$ 320 bilhões. Nesse cenário, há consenso de que a atuação do setor público torna-se vital.

No balanço de dois anos do PAC, o governo atualizou os valores dos projetos. A previsão agora é de que sejam gastos até 2010 R\$ 646 bilhões. O valor original, estimado em 2007, era de R\$ 504 bilhões. Foram incorporadas ao programa obras com execução após 2010, com dotação de mais de R\$ 500 bilhões. Com isso, o orçamento total do PAC chega a R\$ 1,148 trilhão. Desse valor, a maior parcela (R\$ 759 bilhões) irá para o setor de energia. Os projetos de logística terão R\$ 132,2 bilhões e o eixo social e urbano, 257 bilhões. Boa parte dos valores acrescentados ao programa para execução após 2010 referem-se a projetos de investimento da Petrobras, já anunciados anteriormente. Segundo o governo, os investimentos da estatal devem chegar a 1,4% do PIB em 2009 contra 1,1% do PIB em 2008. Isso deixa clara a relevância da empresa no programa.

Excluindo-se as estatais, os recursos que serão diretamente administrados pelo governo em 2009 somam R\$ 19,7 bilhões.

Como tem sido regra desde o início, o Ministério dos Transportes ficou com a maior parte dos recursos, 46,8% do total, o equivalente a R\$ 9,2 bilhões. Entre 2007 e 2008, essa pasta já havia aplicado R\$ 18,7 bilhões em obras de infra-estrutura. A segunda maior parcela, R\$ 5,8 bilhões ou 29,6% do orçamento de 2009, foi alocada para o Ministério das Cidades, outra tradicional prioridade do PAC.

A grande preocupação se refere ao emprego efetivo dos recursos pelo governo. Em 2007, por exemplo, o Ministério das Cidades contava com cerca de R\$ 4 bilhões, mas gastou de fato apenas um quarto deste valor. Em 2008, a dotação passou para R\$ 4,5 bilhões, mas o gasto real não passou de 81% desse montante. Esse descompasso entre dotação, empenho e gasto efetivo tem sido o maior desafio do PAC até o momento.

Grandes projetos

Algumas das obras de infra-estrutura em andamento podem ser consideradas mega-projetos, tanto pelo volume de recursos envolvido quanto pela importância estratégica.

Ferrovias Norte-Sul. O trecho Sul, contemplado no PAC, vai de Palmas, no Tocantins, a Estrela D'Oeste, em São Paulo. São 1.504 km cruzando três Estados e favorecendo regiões com grande potencial para o agronegócio. O projeto, iniciado em 2007, está orçado em R\$ 6,8 bilhões e, a princípio, deveria ser concluído até 2011. No orçamento de 2009, conta com dotação de R\$ 1,7 bilhão, a maior do programa. Mas as obras só estão acontecendo, de fato, entre Palmas e Anápolis. Para seguir até Estrela D'Oeste, ainda é preciso obter licenciamento ambiental e aprovar o projeto de engenharia e não se tem previsão para isso. A Valec, estatal subordinada ao Ministério dos Transportes, é a atual responsável pela obra. Se prevalecer o modelo adotado para o trecho já operacional, entre Açailândia e Palmas, a Valec deverá conceder a administração da ferrovia ao setor privado, utilizando os recursos arrecadados para concluir a obra. Mas existem incertezas quanto à geração desse *funding*. Por conta da crise, o governo decidiu adiar os leilões de concessão

da ferrovia, previstos inicialmente para o primeiro semestre deste ano.

Transposição do São Francisco. O projeto também é conhecido como Integração das Bacias Hidrográficas do Nordeste e está orçado em R\$ 6 bilhões, cifra que inclui as obras de revitalização do rio São Francisco. O projeto tem dois eixos, cujas

até 2012. A obra de transposição do São Francisco é a segunda mais bem aquinhada pelo orçamento do PAC de 2009. Para a conexão com as bacias dos rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi, foram destinados R\$ 671,7 milhões. Outros R\$ 492,9 milhões serão utilizados na integração do São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional. No total, são R\$ 1,2 bilhão

de Angra 3 e, até 2030, concluir outras quatro centrais nucleares, duas no Sudeste e duas Nordeste, região “importadora” de energia. Cada uma das centrais nucleares está orçada em R\$ 10 bilhões e o volume de recursos envolvidos tem despertado o interesse de diversos governadores. Cada obra duraria cerca de cinco anos e, quando concluídas, cada central terá potencial de gerar 1.000 MW. No caso de Angra, cujo custo está estimado em R\$ 7,3 bilhões, a licença ambiental prévia foi concedida em julho passado. Se as obras recomeçarem em 2009, o projeto poderia estar concluído em 2011, com potencial de geração de 1.350 MW. Parece pouco, dado que o país produz hoje cerca de 100 mil MW. Mas a importância do projeto nuclear se refere à necessidade de diversificar a matriz energética do país, reduzindo a dependência da geração hidráulica e criando uma alternativa às termelétricas, cujo impacto ambiental é preocupante. Mas, objetivamente, Angra 3 e as outras quatro centrais nucleares ainda são apenas uma promessa.

Rodoanel de São Paulo – trecho Sul. Essa é a mais importante obra rodoviária em andamento no país. São 57 km ligando o trecho Oeste (já em operação) ao município de Mauá, conectando as rodovias Régis Bittencourt e Raposo Tavares ao complexo Anchieta-Imigrantes. No total, o projeto está orçado em R\$ 3,6 bilhões e deve estar concluído em 2010. Pela sua importância, o trecho Sul do Rodoanel conseguiu reunir diversas fontes de financiamento. Além do orçamento estadual, conta também com recursos do PAC (R\$ 1,2 bilhão), do BID e do Banco Mundial. A prioridade dada ao projeto fez com que seu cronograma fosse reduzido de 48 para 35 meses, reduzindo seu custo em cerca de 5%. O projeto tem duas características marcantes: a dimensão e a preocupação com o impacto ambiental. Ao final da obra, terão sido consumidos 600 mil metros cúbicos de concreto e 42 milhões de toneladas de aço. Os 512 hectares de área verde suprimidos serão compensados com o replantio de 1.060 hectares de espécies nativas da região.



obras estão sendo realizadas em paralelo. O eixo Norte vai beneficiar os Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O eixo Leste abrange parte do sertão e a região agreste de Pernambuco e da Paraíba. O eixo Leste, mais adiantado, tem seu término previsto para dezembro de 2010. O eixo Norte deve ser concluído

alocados no orçamento de 2009. Desde 2007, o governo já gastou mais de R\$ 388 milhões do PAC nessas obras.

Energia nuclear. O anúncio da retomada do programa de geração de energia nuclear foi feito pelo governo Lula há dois anos. O objetivo imediato um é levar adiante o pro-



Lu Santos

O EQUACIONAMENTO dos graves problemas urbanos no país permanece como uma questão longe de ser resolvida. A reinserção da construção civil na agenda do crescimento econômico e os importantes avanços institucionais em anos recentes – como a criação do Estatuto da Cidade (2001), do Ministério das Cidades (2003), do Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social (2005) e o Plano Nacional da Habitação (PlanHab) – ainda não se refletiram em uma ruptura de um modelo perverso de ocupação do espaço urbano, incapaz de criar cidades com qualidade de vida. O chamado Bolsa Habitação, até prova em contrário, não dá indícios de que contemplará essa questão de forma direta.

“O bem-vindo pacote da habitação, com uma produção expressiva de moradia popular, não tem a pretensão de ser um marco na direção de melhores condições urbanas no sentido mais amplo, limitando-se, nesse aspecto, a reproduzir os padrões históricos de ineficiência na ocupação do solo e dos equipamentos públicos”, avalia Kazuo Nakano, consultor do PlanHab e urbanista do Instituto Pólis. Esse aspecto, de interesse direto de todos os engajados na busca de melhores condições de vida no país, está no centro das preocupações também de Raquel Rolnik, relatora especial para o Direito à Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU, para quem uma ressalva é importante neste momento: “Política habitacional não é só crédito e taxa de juros. Moradia é mais que parede e teto: é acesso a serviços, à educação, a oportunidades”.

Ocupação insustentável

Os centros urbanos brasileiros são grandes produtores de “não cidades”. A ocupação desordenada impõe sacrifícios de todo tipo ao cidadão – condições ambientais precárias, risco na segurança pessoal, trânsito caótico – e exigem pesados investimentos públicos em infra-estrutura e serviços.

A região metropolitana São Paulo, com mais de 18 milhões de habitantes, é o exemplo mais bem acabado disso. O crescimento da capital paulista tem sua origem no processo de industrialização

Planejamento urbano

O crescimento da construção e as cidades ocias

Edney Cielici Dias

iniciado nas últimas décadas do século 19, subproduto da economia cafeeira no Estado. A expansão do núcleo urbano se dá de forma mais intensa a partir dos anos 30, com a disseminação do ônibus como meio de transporte – o que facilitou a criação de loteamentos na periferia e a autoconstrução. Ao longo do século passado, a mancha urbana da região metropolitana se expande para todas as regiões de forma desordenada. Com o BNH, a partir de 1964, é colocada em marcha a política de construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas.

O perfil produtivo da capital paulista sofre modificações importantes nos anos 80 e 90. Saem gradativamente fábricas intensivas de mão-de-obra (têxteis, alimentícias, por exemplo) e entram empresas intensivas de capital (financeiras, tecnologia da informação, logística), com pessoal qualificado e melhores salários. Esse processo acentuou grandes vazios urbanos nas regiões mais bem-estruturadas. Ocorrem significativas quedas de população nos distritos centrais e com melhores condições de infra-estrutura urbana ao mesmo tempo em que se verifica uma ocupação intensa de áreas de periferia. Segundo Nakano, esse movimento é em dada medida reflexo do êxodo de famílias de baixa renda na busca do imóvel próprio, mas também envolve uma dinâmica de uso do solo urbano que precisa ser mais bem investigada.

As conseqüências desse processo são dramáticas. Estudos do demógrafo Haroldo Torres, do Cebrap, mostram que o número de habitantes na cidade de São Paulo cresceu a 0,9% ao ano de 1991 a 2000, mas, em contrapartida, o ritmo de crescimento populacional foi de 6,3% áreas com as piores condições da região metropolitana, as chamadas “fronteiras urbanas”. As regiões consolidadas – parte significativa de São Paulo, os centros de Guarulhos, de Osasco e do ABC – tiveram um decréscimo populacional de 750 mil pessoas, em contraste com o acréscimo de 2,1 milhões de habitantes nas fronteiras urbanas – o percentual de moradores nessas áreas saltou de 19% em 1991 para 33% em 2000. Nesse período, as fronteiras receberam 42% dos migrantes interestaduais e 46% de todos

os migrantes nordestinos. Esses novos habitantes consolidaram os piores indicadores da mancha urbana: a renda per capita é cerca de um terço em compara-

truturadas e uma ocupação desordenada das periferias.

Janela de oportunidades

O PlanHab, recentemente elaborado e em fase de discussão, estabeleceu elementos para orientar o crescimento urbano num contexto de empreendimentos em áreas urbanizadas e com estrutura de serviços públicos. Além de propor uma estrutura progressiva de subsídios atrelados ao financiamento (com subsídio total para famílias com renda mais baixa), contempla produtos habitacionais diversificados – novas casas e apartamentos, mas também reciclagem de edifícios e oferta de lotes urbanizados para a autoconstrução. A concessão de financiamento para esses empreendimentos está condicionada à existência de um projeto urbano, de forma a induzir um uso racional e sustentado do solo. Dessa maneira, os projetos habitacionais seriam aprovados levando consideração sua interação com a cidade, o que implica contrapartidas sociais.

O dilema que se coloca hoje é que o PlanHab é ainda uma proposta e o Bolsa Habitação é uma medida emergência, esperada para ontem. “Dessa maneira, mais uma oportunidade será perdida”, lamenta Nakano. “Ao que parece, será usada a velha fórmula de procurar terra barata. É a reprodução do modelo para a baixa renda utilizada pelo BNH e depois pelas Cohabs.” Para além a discussão do pacote habitacional em si, é necessária uma resposta aos graves problemas das cidades brasileiras. “Não adianta apenas aumentar o recurso e o crédito. A legislação urbanística não é voltada para a produção popular e o acesso à terra urbanizada não ocorre. É preciso então uma intervenção fortíssima na gestão urbana”, avalia Raquel Rolnik, que conhece profundamente o tema também por ter sido secretária de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

A despeito dos avanços institucionais e do volume crescente de recursos, a política urbana precisa encontrar condições de ser efetivada, a começar pela harmonização de competências e recursos das esferas de governo. Dar os primeiros passos nesse processo é um requisito necessário para que as cidades brasileiras encontrem a luz no fim do túnel.

// Política habitacional não é só crédito e taxa de juros. Moradia é mais que parede e teto: é acesso a serviços, à educação, a oportunidades”

Raquel Rolnik, relatora especial para o Direito à Moradia Adequada da ONU

ção com a cidade consolidada; a incidência de analfabetismo entre os chefes de domicílio é três vezes maior; o desemprego é mais acentuado.

Segundo estimativas da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, 1/3 da mão-de-obra ocupada na capital não é residente nela. Em um total desencontro entre oferta e procura, a cidade de São Paulo possuía 420 mil imóveis vazios em 2000, situados em regra nas áreas de boa infra-estrutura urbana e de serviços. Essas grandes tendências não parecem ter se alterado nos anos mais recentes. “Verifica-se um espraiamento em direção à semi-periferia. Os lançamentos imobiliários ocorrem paralelamente ao despovoamento das áreas centrais e intermediárias, em um padrão que se repete em outras metrópoles brasileiras”, analisa Nakano. Na prática, criam-se cidades ocas no país, com grandes espaços e imóveis não utilizados nas regiões es-

Opinião – Rumo a 2014

Copa no Brasil, vitrine ou vidraça?

José Roberto Bernasconi

Presidente do Sindicato da Arquitetura e Engenharia (Sinaenco)

O BRASIL foi colocado diante de um leque de oportunidades ao ser escolhido pela Fifa como país sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. A escolha, porém, também coloca na mesa uma gigantesca soma de desafios. Nosso país voltará a sediar uma Copa do Mundo 64 anos após o maior evento esportivo mundial ter acontecido aqui (1950), o que dificilmente ocorrerá novamente neste século 21.

O principal repto lançado às diversas instâncias de governo e à iniciativa privada relaciona-se à capacidade de o Brasil superar as suas deficiências em diversas áreas, especialmente na infra-estrutura e, assim, transformar essa rara oportunidade em uma fantástica vitrine do país em escala planetária, deixando um legado positivo para cada uma das 12 cidades-sede da Copa e seus Estados. Essa herança positiva representará a renovação urbana das principais áreas metropolitanas brasileiras, melhorando e ampliando a infra-estrutura local, regional e nacional, e certamente permanecerá por décadas, mudando a fisionomia de nossos principais centros urbanos.

A Copa não é apenas o principal evento esportivo mundial; é essencialmente o maior evento midiático do planeta: estima-se que, durante a Copa de 2014, mais de 40 bilhões de espectadores assistam às transmissões dos jogos e demais eventos pela TV. O significado desse número é que, para cada pessoa sentada num estádio, outras 10 mil assistirão aos jogos pela TV, telões e internet.

A esses dados astronômicos, somam-se outros: mais de 20 mil profissionais da mídia cobrindo o evento, mais de 5.000

representantes da Fifa no congresso que ocorrerá na cidade-sede do jogo de abertura do campeonato, algumas centenas de convidados vips, entre outros. Estudos internacionais indicam que a realização de uma Copa incrementa o PIB do país-sede em 4% no ano do evento.

O Campeonato Mundial de Futebol, além disso, representa a grande oportunidade de alçar as maiores marcas nacionais à escala global, algo que a Coreia do Sul, co-anfitriã do evento em 2002 junto com o Japão, fez com eficiência, transformando LG, Samsung e Hyundai, entre outras, em estrelas reconhecidas internacionalmente. Lista recente feita pela empresa especializada Interbrand indica que, dentre as dez marcas mais valiosas da América Latina, cinco são de bancos, quatro dos quais brasileiros: Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Unibanco. A Petrobras só aparece em sétimo lugar, a Vale do Rio Doce em 11º. A Natura, na 14ª posição, é a única marca de bens de consumo apontada pela pesquisa. A AmBev e a Brahma não integram a lista, em razão dos critérios adotados.

O Brasil, portanto, tem uma chance única neste início de século 21 de alçar ao palco internacional as marcas das suas principais empresas estatais e privadas – tais como, além das já citadas, Gerdau, Embraer, etanol/BR, café do Brasil, guaraná do Brasil, frutas e sucos naturais/BR, música e cultura de forma geral, beneficiando-se de forma duradoura desse megaevento – e de alterar radicalmente o seu panorama urbano. Para isso, porém, há uma palavra-chave: planejamento. E essa palavra, na realidade uma metodologia empregada com rigor há décadas pe-

las nações mais bem-sucedidas do globo, envolve todos os aspectos relacionados à Copa 2014.

Potencialidades

O tempo, embora aparentemente longo, é curto e joga contra o Brasil. Sem um planejamento rigoroso e que leve em conta as necessidades e deficiências de cada região, as exigências legais para a contratação de projetos e obras pelos poderes públicos, de acordo com a Lei de Licitações (8.666/93), o indispensável licenciamento ambiental para cada obra, o estabelecimento de recursos orçamentários prévios e, finalmente, a execução rigorosamente controlada de todas essas etapas, o relógio correrá ainda mais depressa e, quando a

Só conseguiremos superar essas deficiências com planejamento e projetos que tragam benefícios concretos para o país pós-Copa

maioria da sociedade se der conta, já estaremos em 2013, podendo enfrentar um déficit de obras enorme. Esse filme já foi

visto em 2007, quando da realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro. Fizeram falta planejamento e estudos e projetos de engenharia e arquitetura de qualidade, contratados com antecedência. O resultado foi que o custo estimado para a realização dos jogos, inicialmente de R\$ 414 milhões, foi multiplicado por nove e terminou em R\$ 3,7 bilhões, 800% do que o previsto em 2002. E pior, deixando como legado obras como o Estádio João Havelange, o Engenhão, um “elefante branco” abandonado após o evento pela localização completamente inadequada e, posteriormente, “presenteado” ao Botafogo Futebol Clube, pela módica quantia de R\$ 30 mil mensais de aluguel. A cidade praticamente nada ganhou com a realização dos Jogos Pan-Americanos, nenhuma área urbana foi reformulada ou renovada.

É importante lembrar que 2008 foi praticamente perdido em relação às etapas prévias – contratação de estudos e projetos de engenharia de qualidade, pela melhor técnica, para embasar o necessário planejamento e a licitação das obras exigidas em cada cidade e região, de acordo com suas vocações. Não basta, por exemplo, construir hotéis em Belo Horizonte para suprir uma de suas principais deficiências se não for desenvolvido planejamento estratégico que transforme a capital mineira em pólo de atração de eventos e de público. Por exemplo, passar a ser um centro nacional e internacional de pesquisas e estudos sobre mineração, siderurgia e metalurgia, gerando, assim, sustentabilidade e ocupação a esses centros de hospedagem. O mesmo raciocínio vale para as demais cidades candidatas a sediar chaves da Copa 2014. Esse planejamento permitirá desenvolver a necessária infraestrutura geral para abrigar torcedores/turistas, profissionais da imprensa e convidados vips da Fifa e proporcionar atrações turístico/gastronômicas/culturais e de lazer de forma adequada, visando a tornar o Brasil conhecido internacionalmente e inserir nosso país na rota dos principais destinos de viagens do mundo.

Para superar a deficiência “estrutural” do país, a falta de uma cultura de planejamento, especialmente nas esferas gover-

namentais, o Brasil precisará, em primeiro lugar, dedicar especial atenção às questões mais críticas de acordo com as exigências da Fifa. Entre elas, estão as necessidades relacionadas à acessibilidade (chegada e saída dos terminais aeroportuários, portuários, rodoferroviários), pólos de hospitalidade (hospedagem, gastronomia e lazer), estádios/arenas multiuso, mobilidade urbana e regional, infra-estrutura aeroportuária, energia elétrica, saneamento, segurança e limpeza pública.

Ensaio geral

É certo que só conseguiremos superar essas deficiências com planejamento, bons projetos de arquitetura e engenharia que embasem a contratação de obras necessárias, produzidas de acordo com um cronograma viável, e que tragam benefícios concretos para o país pós-Copa. Para isso, nada melhor que aproveitar as oportunidades de realizar “ensaios gerais” pelo país afora, entre as quais incluem-se a realização das chamadas Fan Fest. Essa denominação foi dada pela Fifa às reuniões da população em praças públicas para acompanhar os jogos diante de telões. As Fan Fest podem reunir um público muito maior do que os presentes aos estádios e requerem um cuidadoso planejamento dos locais em função de sua capacidade, da logística (acessibilidade e estacionamento), dos equipamentos de hospitalidade e da segurança.

As cidades brasileiras poderão realizar suas Fan Fest durante a Copa do Mundo de 2010, que acontecerá na África do Sul, e começar a superar suas deficiências. As Fan Fest, porém, exigem planejamento feito com antecedência – no caso, neste início de 2009, os prefeitos recém-eleitos ou reeleitos já devem começar a fazer sua lição de casa, com o auxílio e a integração com seus respectivos governos estaduais e o governo federal. Para anotar: esses prefeitos na realidade são os “prefeitos da Copa”, pois mais de 80% das obras deverão estar concluídas ou em fase final de execução em 2012, quando se encerram seus mandatos. Em 2013, o Brasil sediará a Copa das Confederações, outro ensaio geral para a Copa 2014.

O Sinaenco, como sindicato que congrega mais de 18 mil empresas de arquite-

Os prefeitos recém-eleitos são os “prefeitos da Copa”, pois mais de 80% das obras deverão estar concluídas ou em fase final de execução em 2012

tura e de engenharia de projetos de todo o país, vem fazendo sua parte desde 2007, quando realizou e divulgou o *Estudo dos estádios brasileiros*, no qual avaliou, durante três meses, o estado de 27 estádios em 17 capitais brasileiras e em Santos-SP. Posteriormente, o sindicato vem desenvolvendo, desde o início de 2008, seminários intitulados “Os desafios para a Copa 2014”, nos quais especialistas e autoridades discutem os problemas de cada região candidata a sediar uma chave da Copa. Já foram realizados nove seminários, em um ciclo de eventos que teve início em Salvador e já passou por Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Porto Alegre, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Goiânia e Curitiba.

Nosso objetivo tem sido procurar despertar a atenção de toda a sociedade brasileira, dos poderes públicos e dos empreendedores privados para que o Brasil não desperdice a melhor oportunidade deste século. Se, uma vez mais, perdermos esta chance, seremos a vidraça que será alvejada por todos. Mas temos confiança que seremos sérios, responsáveis e competentes, de modo que a Copa 2014 será realmente a nossa grande vitrine perante o mundo. E deixará como legado permanente um país muito melhor para as próximas gerações.

Indicadores da construção

Os primeiros sinais de 2009

Ana Maria Castelo



Lu Santos

NO TERCEIRO trimestre de 2008, o PIB da construção registrou o maior crescimento entre os segmentos da indústria. A taxa de quase 12% foi o ápice de uma trajetória construída a partir de uma série de mudanças institucionais e alicerçada em um ambiente macroeconômico de crescimento. Esse ambiente mudou de forma expressiva no final do ano, com impactos importantes no setor da construção. De forma imediata, a crise afetou o crédito, principal nutriente do crescimento. Especificamente o crédito para as empresas, que acarretou a falta de recursos para o financiamento do capital

de giro. A segunda forma de contágio foi a diminuição da confiança. A incerteza quanto aos rumos da economia mundial e brasileira inibiu a ação de investidores e famílias.

Os indicadores de atividade da construção relativos ao último trimestre mostraram sinais da crise, embora em uma dimensão muito menor que a observada na indústria de transformação.

≡ Nos três últimos meses do ano, as empresas da construção encerraram mais de 100 mil postos de trabalho com carteira assinada. A queda foi mais acentuada em dezembro, mês em que

o emprego caiu além do esperado para o período.

≡ No último trimestre de 2008, as vendas reais de materiais de construção no varejo caíram cerca de 3% em comparação contra igual período de 2007. No mesmo período, o faturamento real da indústria de materiais fechou com crescimento de 3%, mas registrou queda expressiva, de 4,3%, nos dois últimos meses do ano.

≡ O número de financiamentos concedidos com recursos da poupança caiu 27% entre agosto e dezembro, embora na comparação com o último trimestre

de 2007 ainda se tenha observado um crescimento de 19%.

≡ O número de lançamentos na RMSP apresentou queda de 50% na comparação do último trimestre de 2008 com o mesmo período de 2007.

≡ Por fim, depois de apresentar crescimento de 13% no terceiro trimestre, o índice de insumos da construção, que serve de base para o cálculo do PIB setorial, cresceu apenas 2% no último trimestre contra igual trimestre do ano anterior.

Se os números do último trimestre indicaram uma mudança de ritmo, o impacto nos números finais de 2008 foi reduzido e a cadeia fechou 2008 com resultados bastante expressivos:

≡ O crescimento do número de postos de trabalho com carteira chegou a 17,4% na indústria da construção e a 7% na indústria de materiais.

≡ O varejo acumulou alta no valor real das vendas de 6,3% no ano passado e a indústria elevou seu faturamento real em 12,0% (as vendas reais no mercado doméstico cresceram 13,8%).

≡ O número de financiamentos para a habitação foi 53% superior e o volume de recursos cresceu 64%.

≡ O consumo de cimento cresceu 14% e o de aço 30%.

≡ O índice de produção física de insumos registrou elevação de 8,5%.

Cenário ainda incerto

Depois dos resultados ruins de dezembro, desconsiderados os efeitos sazonais, a produção industrial voltou a crescer em janeiro. Na comparação com a base elevada de 2008, o desempenho da indústria ainda é bastante negativo, o que não permite falar ainda em recuperação.

Por outro lado, os números da inflação trouxeram boas notícias ao cenário macroeconômico: as expectativas inflacionárias passaram a convergir para o centro da meta. A conjugação de atividades deprimidas e inflação sobre controle vão permitir ao Banco Central prosseguir na política de redução dos juros, que pode sem nenhuma preocupação com a inflação, reduzir a Selic em mais 1 ponto percentual.

Esse cenário certamente é muito distinto do que prevaleceu até meados de 2008, pois as expectativas continuam muito de-

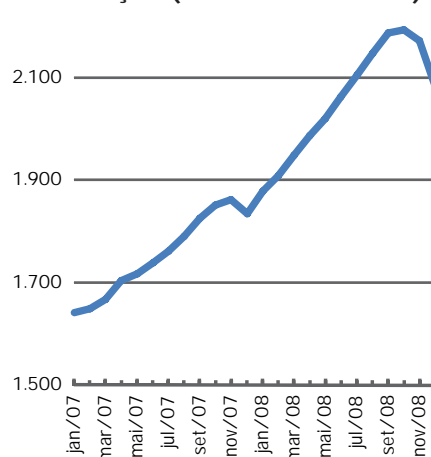
primidas, ou seja, a confiança não foi restabelecida, mas a redução mais agressiva dos juros pode permitir uma recuperação mais rápida.

É fato que o crédito continua escasso e caro, mas os empresários da construção já indicaram que houve uma pequena melhora em relação aos meses mais críticos do ano passado.

A pesquisa de emprego da **FGV Projetos/SindusCon-SP** com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostra que em janeiro as construtoras ainda observavam um nível de atividades elevado. Depois da retração dos dois últimos meses de 2008, as empresas voltaram a contratar: foram 11,3 mil trabalhadores. O saldo de contratações é bem inferior ao observado em janeiro de 2008, mas equivalente ao de janeiro de 2007. De todo modo, o estoque de empregados - mais de 10% superior ao de janeiro de 2008 - continua acima do patamar de 2 milhões.

O consumo de cimento no mercado interno se mantém alto, apesar da pequena

Emprego com carteira na construção (mil trabalhadores)



Fonte: MTE, FGVProjetos/SindusCon-SP

retração em relação a janeiro de 2008, de 1,7%. No entanto, a indústria de materiais, de uma forma geral, está sentindo o efeito da crise de modo mais intenso. Um dos segmentos mais afetados foi o de aço para construção. Dados do IBS apontam queda no consumo interno de 8% em dezembro na comparação com o mesmo mês de 2007. E, em janeiro, estima-se que tenha ocorrido nova queda. Uma ressalva

importante deve ser feita em relação ao comportamento das vendas internas do vergalhão: o ritmo forte das empresas estava pressionando preços (em novembro, a pesquisa do SindusCon-SP apontava elevação acumulada no ano de 33% do aço), o que levou muitas construtoras a trabalhar com estoques elevados no final de 2008, e pode estar afetando o consumo. A pesquisa da indústria do IBGE também apontou grande queda na produção de material elétrico e bens de capital para a construção. Assim, o faturamento da indústria de materiais acusou um recuo real de 15,7% em relação a janeiro de 2008.

Enfim, os números deste ano ainda são preliminares. A grande questão que se coloca hoje para a cadeia da construção é em que medida o efeito carregamento do setor habitacional e as obras de infra-estrutura podem manter elevada a atividade em 2009. De fato, o desempenho excepcional de 2008 não apenas coloca o setor em um patamar de atividade bastante elevado, mas traz para 2009 um impulso importante. Durante algum tempo, as empresas atenderão os negócios fechados até setembro de 2008. Esse impulso é expressivo especialmente na área habitacional, onde o tempo de realização de um empreendimento é de 18 a 24 meses. Os empreendimentos na área comercial e industrial possuem um horizonte muito mais curto e, portanto, um efeito carregamento pequeno.

Por sua vez, os investimentos na área de infra-estrutura também terão impacto sobre as atividades em 2009 e deverão aumentar sua participação dentro do setor.

Mas o efeito carregamento perderá força no segundo semestre. Desde o início da crise, poucos lançamentos estão sendo realizados. O impacto maior dessa redução será observado no início de 2010, mas não há dúvida que haverá uma redução no ritmo de atividades das empresas já no segundo semestre. Os segmentos que trabalham com construções comerciais e industriais já estão sofrendo com a redução dos investimentos das empresas. Nesse contexto, as medidas para estimular a habitação podem não apenas inverter as expectativas muito negativas dos empresários, mas também contribuir para dar novo impulso ao nível de atividades a partir do segundo semestre.

Sondagem

As duas faces da crise

Robson Gonçalves

A SONDAGEM realizada em fevereiro junto a empresários da construção de todo o país mostra que a crise internacional continua afetando a avaliação dos empresários. Mas se aponta uma tendência positiva. Alguns dos indicadores da pesquisa apresentaram sensível melhora, tanto em relação ao último trimestre quanto a fevereiro de 2008. O que justifica isso?

O fato é que a crise atual tem muitas faces. Em meados do ano passado, depois de mais de dois anos de crescimento rápido, a cadeia da construção civil estava sob forte pressão. Embora as construtoras não tenham vivido efetiva falta de materiais, o comportamento preocupante dos custos era o sinal mais evidente das dificuldades de sustentar aquele ritmo de crescimento. Obviamente a crise deve ser enfrentada com atenção e cautela, mas está claro que ela está reduzindo o descompasso entre oferta e demanda, tanto na construção civil quanto em diversas outras cadeias produtivas do país.

Expectativas

O indicador de desempenho das empresas baixou novamente em fevereiro, situando-se discretamente no campo pessimista (abaixo de 50). Em relação ao mesmo mês de 2008, a queda foi da ordem de 30%, tanto no nível nacional quanto no estadual. A avaliação das empresas paulistas é um pouco pior do que a média nacional. Como o nível de atividade do setor permanece elevado, a despeito da queda recente, essa piora ainda é reflexo da mudança de expectativas ocorrida a partir de setembro. Mas o pessimismo

quanto ao despenho futuro teve um comportamento mais moderado, fato que sugere que o novo patamar de operação das construtoras já está sendo absorvido pelos empresários. A pesquisa também mostra que a expectativa de crescimento econômico se reduziu mais fortemente

forma significativa. Isso também já havia sido observado na sondagem anterior. Mas, com os últimos resultados, o indicador passou para o campo do otimismo. O mesmo movimento foi observado para o item perspectivas de inflação. Juntos, esses dois indicadores confirmam a análise feita no número anterior desta revista, relativa à inflação setorial.

O aspecto mais surpreendente da sondagem de fevereiro refere-se ao item dificuldades financeiras. Em novembro, esse indicador havia piorado muito, apresentando alta de mais de 20% em relação ao trimestre anterior. Em fevereiro, mesmo tendo permanecido no campo do pessimismo (acima de 50), o indicador apontou melhora de cerca de 6%, tanto no nível nacional quanto no estado de São

Melhoras nos custos e nas finanças, apesar da crise

Desempenho e perspectivas das empresas da construção¹

	Brasil			São Paulo		
	Mês	Variação (%)		Mês	Variação (%)	
	Fev.09	Trimestre	Ano	Fev.09	Trimestre	Ano
Desempenho da empresa	41,8	-18,5	-27,7	40,7	-19,4	-29,4
Dificuldades financeiras	59,2	-5,9	25,1	60,5	-6,1	23,9
Perspectivas de desempenho	40,9	-6,0	-33,2	39,6	-8,0	-34,7
Perspectivas de evol. de custos	57,6	27,1	35,0	58,1	28,7	33,0
Condução da política econômica	41,1	-0,5	-15,4	40,5	-0,7	-15,6
Inflação reduzida	54,3	34,0	17,2	54,2	31,4	19,9
Crescimento econômico	23,6	-22,0	-58,4	23,3	-23,8	-58,7

Fonte: SindusCon-SP/FGV Projetos. ¹ Os dados apresentados na tabela estão dispostos numa escala que vai de "0" a "100", tendo o valor "50" como centro. Isso quer dizer que valores abaixo de "50" podem ser interpretados como um desempenho, ou perspectiva, não favorável. No caso de dificuldades financeiras, no entanto, valores abaixo de "50" significam dificuldades menores.

do que as perspectivas de desempenho das próprias empresas, como já observado em novembro. Isso mostra que os empresários continuam acreditando que a construção será menos afetada do que a economia como um todo.

A sondagem revela também outro choque de expectativas. Dessa vez, um movimento positivo. O indicador de perspectivas de evolução dos custos melhorou de

Paulo. De um lado, essa melhora está associada à decompressão das margens de lucro resultante da queda nos preços de insumos básicos, com destaque para o aço. Mas isso também reflete o efeito das medidas de expansão do crédito de curto prazo, adotadas pelo governo desde o ano passado. A conclusão é que as finanças ainda preocupam o setor, mas a tendência é de alívio.



Grafite na entrada do complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro

INDICADORES DA CONSTRUÇÃO

- 22 Materiais de construção – consumo e produção
- 23 Mercado imobiliário
- 24 Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
- 25 Investimentos em habitação popular, saneamento e infra-estrutura urbana
- 26 Custo da construção residencial no Estado de São Paulo
- 27 Preços de materiais de construção no Estado de São Paulo
- 28 Emprego da construção por Estados
- 29 Emprego da construção por Estados
- 30 Emprego da construção brasileira por segmento
- 31 Emprego da construção paulista por segmento

Materiais de construção – consumo e produção

Período	Consumo de Cimento						Vergalhões – Brasil						Produção Brasileira de Materiais de Construção (Índice: Média de 2002 = 100)	
	Brasil			São Paulo			Produção			Consumo Aparente				
	Mil T	Variação (%)		Mil T	Variação (%)		Mil T	Variação (%)		Mil T	Variação (%)			
		No Mês	No Ano		No Mês	No Ano		No Mês	No Ano		No Mês	No Ano		
2000	39.394	-	-1,9	11.860	-	1,2	2.365	-	-2,8	2.163	-	-1,3	99,47	
2001	38.264	-	-2,9	11.263	-	-5,0	2.598	-	9,9	2.366	-	9,3	88,93	
2002	37.620	-	-1,7	10.657	-	-5,4	2.658	-	2,3	2.407	-	1,8	92,44	
2003	33.562	-	-10,8	9.525	-	-10,6	2.605	-	-2,0	1.858	-	-22,8	88,28	
2004	33.923	-	1,1	9.129	-	-4,2	2.718	-	4,3	2.145	-	15,5	94,47	
2005	35.422	-	4,4	9.347	-	2,4	2.594	-	-4,6	1.924	-	-10,3	101,02	
2006	40.775	-	15,1	10.520	-	12,6	2.982	-	15,0	2.283	-	18,6	100,54	
2007	45.003	-	10,4	11.449	-	8,8	3.214	-	7,8	2.640	-	15,6	105,72	
2008	51.313	-	14,0	12.448	-	-	3.746	-	16,6	3.435	-	30,1	100,97	
2006	Jan	3.319	6,6	23,9	792	-3,7	22,6	226	11,5	14,4	171	16,5	17,8	100,41
	Fev	2.923	-11,9	18,9	701	-11,5	10,0	228	0,9	11,6	165	-3,7	21,5	95,38
	Mar	3.541	21,1	20,2	916	30,7	12,9	237	3,8	10,7	216	31,1	25,7	108,07
	Abr	2.978	-15,9	16,9	781	-14,7	10,6	259	9,6	11,0	171	-20,5	22,1	97,58
	Mai	3.522	18,3	18,4	937	19,8	13,6	254	-2,0	12,2	197	14,7	21,7	107,42
	Jun	3.260	-7,4	16,8	876	-6,5	13,2	239	-6,0	11,3	191	-3,1	20,3	103,03
	Jul	3.469	6,4	16,9	925	5,7	14,2	259	8,3	14,2	191	0,1	20,2	108,28
	Ago	3.781	9,0	16,5	968	4,6	13,9	267	3,3	15,0	217	13,5	20,1	113,60
	Set	3.552	-6,1	16,5	914	-5,6	13,9	266	-0,5	15,5	210	-3,2	20,0	107,04
	Out	3.607	1,6	16,6	926	1,3	14,2	279	4,7	16,2	206	-1,9	20,0	111,17
	Nov	3.577	-0,8	16,2	960	3,8	13,7	273	-1,9	16,5	190	-7,5	19,4	108,70
	Dez	3.246	-9,2	15,1	825	-14,1	12,6	196	-28,4	15,0	160	-16,0	18,6	100,54
2007	Jan	3.419	5,3	3,0	815	-1,3	2,9	254	29,9	12,5	185	15,6	8,1	102,20
	Fev	3.035	-11,2	3,4	797	-2,2	8,0	235	-7,6	7,7	171	-7,3	6,1	96,85
	Mar	3.713	22,4	3,9	964	20,9	7,0	259	10,2	8,3	217	26,6	3,9	111,50
	Abr	3.408	-8,2	6,4	851	-11,7	7,4	253	-2,3	5,3	199	-8,4	6,8	104,75
	Mai	3.708	8,8	6,1	956	12,3	6,2	284	12,5	6,7	230	15,8	8,9	112,79
	Jun	3.726	0,5	7,5	959	0,4	6,8	276	-3,0	8,1	212	-7,9	9,3	108,47
	Jul	3.851	3,3	8,0	976	1,7	6,6	264	-4,4	7,2	217	2,6	10,0	113,57
	Ago	4.291	11,4	8,8	1.151	18,0	8,3	266	1,0	6,2	238	9,7	10,0	119,08
	Set	3.866	-9,9	8,8	1.005	-12,7	8,5	266	-0,1	5,4	232	-2,6	10,1	112,59
	Out	4.337	12,2	10,0	1.106	10,1	9,7	282	6,1	5,0	268	15,3	12,2	122,69
	Nov	4.073	-6,1	10,4	1.014	-8,4	9,3	308	9,2	5,8	253	-5,6	14,0	115,49
	Dez	3.575	-12,2	10,4	856	-15,6	8,8	267	-13,5	7,8	219	-13,5	15,6	105,72
2008	Jan	4.045	13,1	18,3	1.026	19,9	25,9	295	10,5	15,9	250	14,4	35,3	113,87
	Fev	3.703	-8,4	20,1	1.013	-1,2	26,5	268	-8,9	15,2	236	-5,8	36,4	109,06
	Mar	3.809	2,9	13,7	1.028	1,5	19,1	309	15,1	16,6	250	6,0	28,3	117,57
	Abr	4.112	8,0	15,4	1.050	2,1	20,2	314	1,5	18,5	280	12,2	31,6	116,68
	Mai	4.172	1,5	14,8	1.073	2,2	18,4	305	-2,9	16,0	289	3,0	30,2	120,15
	Jun	4.209	0,9	14,5	1.143	6,5	18,6	298	-2,0	14,6	289	0,1	31,3	121,79
	Jul	4.821	14,5	16,1	1.283	12,3	20,6	347	16,2	17,1	311	7,8	33,1	130,69
	Ago	4.625	-4,1	14,9	1.215	-5,3	18,3	375	8,1	20,1	338	8,7	34,4	130,50
	Set	4.713	1,9	15,7	1.178	-3,1	18,1	369	-1,5	22,2	366	8,2	37,3	128,26
	Out	4.822	2,3	15,2	1.283	9,0	17,9	414	12,3	24,8	369	0,7	37,3	132,22
	Nov	4.313	-10,6	14,3	1.155	-10,0	17,5	312	-24,7	22,3	257	-30,3	33,6	116,41
	Dez	3.969	-8,0	14,0	-	-	-	140	-55,1	16,6	200	-22,1	30,1	100,97

Mercado imobiliário

Período	Velocidade de Venda (%)						Lançamentos						
	Belo Horizonte	Porto Alegre	São Paulo	Goiás	Recife	Fortaleza	Município de São Paulo			RMSP			
							Unidades	Variação (%)		Unidades	Variação (%)		
								No Mês	Em 12 Meses		No Mês	Em 12 Meses	
2001	8,8	6,3	7,6	4,9	6,6	5,2	23.785	-	-19,8	32.748	-	-13,7	
2002	8,0	6,5	8,4	6,9	6,4	5,0	21.157	-	-11,0	29.875	-	-8,8	
2003	6,6	4,5	7,1	5,9	4,1	5,3	26.367	-	24,6	34.544	-	15,6	
2004	6,9	4,1	7,6	5,8	3,6	3,6	22.315	-	-15,4	27.203	-	-21,3	
2005	7,5	4,4	8,8	5,4	4,4	5,5	25.287	-	13,3	33.744	-	24,0	
2006	8,4	6,6	12,1	4,2	4,8	5,3	25.389	-	0,4	34.427	-	2,0	
2007	12,9	12,0	16,2	4,8	6,3	6,3	38.536	-	51,8	59.403	-	72,5	
2008	16,6	13,8	13,8	4,4	7,0	8,3	34.080	-	-11,6	61.898	-	4,2	
2009	-	-	-	-	-	-	382	-	-12,9	456	-	2,7	
2006	Fev	7,4	3,4	8,3	3,3	4,1	3,6	836	155,7	4,5	1.044	133,0	15,5
	Mar	9,0	5,6	9,9	4,6	4,2	5,1	1.561	86,7	0,5	2.068	98,1	8,4
	Abr	8,2	10,3	10,9	6,0	5,9	4,6	1.699	8,8	0,5	2.747	32,8	10,2
	Mai	9,4	10,5	12,6	5,0	6,7	3,6	2.403	41,4	1,2	3.746	36,4	8,0
	Jun	7,7	8,4	15,2	4,6	4,1	4,6	2.719	13,2	10,7	3.797	1,4	15,2
	Jul	7,4	5,7	11,4	7,6	4,2	6,4	1.116	-59,0	13,4	1.721	-54,7	17,4
	Ago	8,6	7,1	12,8	4,9	4,1	6,2	2.442	118,8	7,8	2.714	57,7	9,1
	Set	11,4	6,4	13,8	3,5	4,8	7,5	1.748	-28,4	6,8	2.746	1,2	3,9
	Out	9,6	6,4	12,7	1,7	4,4	6,1	2.241	28,2	10,3	2.965	8,0	9,1
	Nov	7,8	5,4	16,0	5,4	6,2	4,9	3.551	58,5	10,8	4.585	54,6	13,2
	Dez	6,6	6,2	15,1	0,5	4,8	4,8	4.746	33,7	0,4	5.846	27,5	2,0
2007	Jan	9,3	5,0	7,4	2,4	5,7	8,4	501	-89,4	3,7	887	-84,8	5,4
	Fev	10,6	5,5	9,1	1,9	4,4	5,8	869	73,5	7,1	1.340	51,1	9,3
	Mar	10,3	8,3	15,2	5,7	5,5	6,9	3.266	275,8	17,2	4.094	205,5	19,5
	Abr	13,0	7,5	12,8	5,5	5,7	4,4	2.698	-17,4	20,2	3.916	-4,3	19,6
	Mai	6,9	12,6	17,6	3,0	5,1	4,1	2.634	-2,4	18,3	4.535	15,8	19,1
	Jun	16,2	7,4	17,4	3,4	6,6	10,5	3.193	21,2	13,7	3.948	-12,9	13,5
	Jul	17,2	18,2	14,1	3,6	6,6	6,2	1.666	-47,8	14,7	2.650	-32,9	14,7
	Ago	19,5	17,2	16,5	3,3	6,9	7,0	1.960	17,6	13,5	2.468	-6,9	16,0
	Set	8,9	19,6	26,1	6,0	8,1	6,4	4.879	148,9	30,1	6.630	168,6	31,9
	Out	12,1	15,7	19,8	9,0	7,0	5,2	5.943	21,8	47,7	8.850	33,5	49,9
	Nov	11,2	10,1	15,9	4,8	5,8	3,9	3.812	-35,9	44,3	7.863	-11,2	53,5
	Dez	20,4	17,5	23,1	9,2	8,6	6,1	7.115	86,6	51,8	12.222	55,4	72,5
2008	Jan	20,0	9,4	7,4	4,6	9,6	6,7	715	-90,0	51,6	1.128	-90,8	71,1
	Fev	18,6	10,5	13,4	6,9	7,8	8,3	2.349	228,5	57,2	3.547	214,5	75,9
	Mar	17,9	16,0	20,9	3,7	11,1	7,5	3.688	57,0	48,9	5.781	63,0	70,9
	Abr	21,0	20,7	14,8	4,2	7,2	7,9	1.901	-48,5	40,8	5.636	-2,5	70,1
	Mai	13,8	26,8	21,8	4,9	9,0	15,0	3.859	103,0	44,0	8.315	47,5	76,4
	Jun	27,3	16,8	18,3	5,1	4,7	10,9	4.027	4,4	44,5	6.191	-25,5	81,4
	Jul	21,9	10,5	13,4	5,9	5,1	7,6	2.931	-27,2	46,1	5.955	-3,8	85,4
	Ago	19,6	12,8	20,7	4,0	6,9	7,1	3.642	24,3	54,3	5.769	-3,1	94,8
	Set	20,4	13,1	13,8	3,6	9,5	9,4	2.368	-35,0	31,5	5.071	-12,1	74,0
	Out	15,6	13,6	4,9	2,7	4,3	7,1	3.541	49,5	11,3	6.332	24,9	48,4
	Nov	-	9,6	8,4	6,9	3,7	3,6	2.518	-28,9	6,9	3.652	-42,3	31,3
	Dez	-	6,4	7,7	-	4,9	-	2.541	0,9	-11,6	4.521	23,8	4,2
2009	Jan	-	-	-	-	-	-	382	-85,0	-12,9	456	-89,9	2,7

Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

Período	Construção						Aquisição						Total		
	Empresário		Pessoa Física		Total		Novos		Usados		Total		Unidades	R\$ Mil	
	Unidades	R\$ Mil	Unidades	R\$ Mil	Unidades	R\$ Mil	Unidades	R\$ Mil	Unidades	R\$ Mil	Unidades	R\$ Mil			
2000	17.137	968.888	938	48.214	18.075	1.017.103	7.614	395.420	10.021	474.525	17.635	869.945	35.710	1.887.048	
2001	14.648	623.606	392	29.587	15.040	653.194	6.576	407.396	13.973	792.132	20.549	1.199.527	35.589	1.852.721	
2002	9.905	556.556	367	20.039	10.272	576.595	7.085	485.787	11.433	673.644	18.518	1.159.431	28.790	1.736.026	
2003	16.229	926.589	531	36.568	16.760	963.157	7.023	498.853	12.593	712.020	19.616	1.210.872	36.376	2.174.029	
2004	21.909	1.320.116	1.186	60.410	23.095	1.380.526	15.109	806.429	13.699	782.740	28.808	1.589.169	51.903	2.969.695	
2005	32.996	2.608.352	592	38.999	33.588	2.647.351	8.093	713.365	18.191	1.203.536	26.284	1.916.901	59.872	4.564.252	
2006	38.088	4.019.750	4.563	271.969	42.651	4.291.718	12.679	1.093.161	55.669	3.747.024	68.348	4.840.185	110.999	9.131.903	
2007	68.451	8.349.885	8.352	589.406	76.803	8.939.291	21.183	2.093.358	85.604	6.532.735	106.787	8.626.092	183.590	17.565.384	
2008	117.406	14.490.373	10.764	891.822	128.170	15.382.195	32.662	3.803.233	104.031	9.800.592	136.693	13.603.825	264.863	28.986.020	
2006	Jan	1.277	127.778	300	9.804	1.577	137.582	956	78.946	3.311	212.778	4.267	291.725	5.844	429.307
	Fev	1.364	144.240	213	18.958	1.577	163.197	929	74.742	3.442	221.488	4.371	296.230	5.948	459.427
	Mar	2.298	211.678	266	12.659	2.564	224.337	1.080	91.913	4.525	292.561	5.605	384.474	8.169	608.811
	Abr	3.411	400.771	348	22.402	3.759	423.173	1.039	87.852	4.520	289.806	5.559	377.658	9.318	800.831
	Mai	3.870	391.025	538	32.435	4.408	423.461	1.134	97.527	4.997	334.240	6.131	431.767	10.539	855.227
	Jun	3.285	413.019	442	25.242	3.727	438.261	1.105	96.270	5.476	357.556	6.581	453.827	10.308	892.088
	Jul	3.958	346.774	468	26.957	4.426	373.731	1.070	98.087	5.031	341.771	6.101	439.858	10.527	813.589
	Ago	4.476	477.285	440	27.251	4.916	504.535	1.219	104.027	5.385	370.613	6.604	474.640	11.520	979.176
	Set	2.399	262.517	394	24.079	2.793	286.596	1.073	94.438	4.828	337.907	5.901	432.345	8.694	718.941
	Out	3.973	417.409	347	21.213	4.320	438.622	976	88.308	4.190	289.535	5.166	377.843	9.486	816.465
	Nov	3.859	360.626	363	22.209	4.222	382.835	986	85.421	4.639	327.218	5.625	412.639	9.847	795.474
	Dez	3.918	466.628	444	28.760	4.362	495.388	1.112	95.629	5.325	371.551	6.437	467.180	10.799	962.568
2007	Jan	1.800	190.601	369	24.656	2.169	215.257	1.352	124.728	5.038	359.714	6.390	484.442	8.559	699.699
	Fev	3.165	311.607	458	30.175	3.623	341.781	1.166	109.740	5.064	361.651	6.230	471.391	9.853	813.173
	Mar	6.053	552.436	555	36.348	6.608	588.783	1.830	172.530	7.507	550.071	9.337	722.601	15.945	1.311.384
	Abr	4.709	509.240	562	37.058	5.271	546.298	1.442	134.529	6.505	476.932	7.947	611.461	13.218	1.157.759
	Mai	6.268	588.363	643	44.466	6.911	632.829	1.835	162.789	7.422	577.896	9.257	740.685	16.168	1.373.514
	Jun	6.515	565.975	712	46.851	7.227	612.826	1.595	163.152	7.424	557.516	9.019	720.668	16.246	1.333.494
	Jul	6.214	700.427	925	67.314	7.139	767.740	1.790	172.835	8.597	640.212	10.387	813.048	17.526	1.580.788
	Ago	6.301	643.527	969	67.074	7.270	710.601	2.238	216.538	8.750	652.964	10.988	869.501	18.258	1.580.103
	Set	8.266	907.531	733	51.443	8.999	958.973	1.920	194.149	6.858	528.122	8.778	722.271	17.777	1.681.244
	Out	9.963	1.095.102	819	59.324	10.782	1.154.425	2.063	219.477	7.400	583.123	9.463	802.600	20.245	1.957.026
	Nov	1.358	1.360.773	736	56.460	2.094	1.417.233	1.898	198.820	7.431	609.513	9.329	808.333	11.423	2.225.567
	Dez	7.839	924.303	871	68.240	8.710	992.543	2.054	224.070	7.608	635.020	9.662	859.090	18.372	1.851.633
2008	Jan	8.415	828.842	515	42.923	8.930	871.765	1.646	186.166	6.279	554.917	7.925	741.082	16.855	1.612.847
	Fev	173	1.070.724	511	38.210	684	1.108.935	2.087	292.609	5.758	523.328	7.845	815.937	8.529	1.924.872
	Mar	9.401	987.746	537	39.446	9.938	1.027.192	2.114	270.351	6.421	568.414	8.535	838.765	18.473	1.865.957
	Abr	8.529	840.730	731	57.683	9.260	898.413	2.167	268.683	7.559	686.189	9.726	954.872	18.986	1.853.285
	Mai	1.027	1.050.234	792	61.190	1.819	1.111.424	2.280	267.823	7.776	721.283	10.056	989.107	11.875	2.100.531
	Jun	8.812	1.788.228	972	79.385	9.784	1.867.613	3.072	346.204	9.243	889.269	12.315	1.235.473	22.099	3.103.086
	Jul	18.558	1.884.105	1.117	87.810	19.675	1.971.915	3.381	379.639	11.350	1.069.291	14.731	1.448.930	34.406	3.420.845
	Ago	18.697	1.839.847	1.170	91.440	19.867	1.931.286	3.121	352.187	10.016	937.347	13.137	1.289.534	33.004	3.220.820
	Set	13.534	1.273.409	1.177	100.182	14.711	1.373.591	3.366	375.035	11.120	1.054.677	14.486	1.429.713	29.197	2.803.304
	Out	8.934	921.977	1.073	90.040	10.007	1.012.017	3.332	374.295	9.737	967.771	13.069	1.342.066	23.076	2.354.083
	Nov	9.616	902.130	1.146	108.916	10.762	1.011.046	3.081	340.235	9.733	936.700	12.814	1.276.935	23.576	2.287.981
	Dez	11.710	1.102.400	1.023	94.596	12.733	1.196.997	3.015	350.006	9.039	891.405	12.054	1.241.412	24.787	2.438.409

Investimentos em habitação popular, saneamento e infra-estrutura urbana

Período	ICMS no Estado de São Paulo		CDHU			Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – R\$ Milhões							
	Arrecadação (R\$ Milhões)	Repasses à CDHU (R\$ Milhões)	Investimentos (R\$ Milhões)	Unidades Habitacionais		Arrecadação		Aplicações				Disponível	
				Entregues no Ano	Em Andamento (Média do Ano)	Contribuintes	Total	Habitação Popular	Saneamento Infra-estrutura	Saques	Total		
2000	22.626,6	564,3	348,4	5.629	44.409	18.709	27.776	3.110	291	17.201	22.334	14.996	
2001	24.978,5	428,3	388,1	10.424	46.858	21.072	30.227	2.972	139	18.772	23.367	22.406	
2002	27.633,2	397,1	707,0	21.219	46.227	22.197	34.767	2.955	144	19.635	24.680	31.707	
2003	29.807,8	327,7	859,1	21.703	59.284	24.702	40.219	3.337	125	20.367	31.894	37.102	
2004	34.061,5	516,3	652,5	13.662	52.989	27.996	43.023	3.181	295	22.089	35.172	39.245	
2005	37.686,2	595,6	559,1	20.520	48.815	31.562	51.272	5.123	566	25.860	38.128	49.547	
2006	41.872,6	555,1	815,4	22.442	55.414	36.203	58.290	6.849	768	29.684	43.966	63.100	
2007	46.663,0	529,9	642,7	4.541	66.763	41.291	64.643	5.913	841	38.379	50.193	78.528	
2008	56.437,8	554,7	855,7	24.106	71.818	4.563	6.766	188	77	3.035	3.630	89.232	
2006	Jan	3.375,6	62,8	55,0	458	48.325	3.453	5.434	531	67	2.430	4.224	57.543
	Fev	2.771,4	62,8	51,7	1.165	48.271	2.788	4.436	651	39	2.201	3.249	58.773
	Mar	3.587,2	62,8	56,3	965	50.113	2.938	4.786	706	58	2.798	3.921	59.704
	Abr	3.329,1	62,8	56,9	319	52.310	2.709	4.308	555	56	2.225	3.163	60.937
	Mai	3.395,3	42,7	53,6	276	54.204	2.877	4.620	645	47	2.594	4.628	60.998
	Jun	3.387,7	44,6	95,1	1.024	56.131	2.911	4.658	666	86	2.468	3.539	62.132
	Jul	3.292,0	40,5	67,3	850	59.670	2.913	4.618	723	59	2.544	4.482	62.299
	Ago	3.375,5	36,0	73,3	1.433	59.545	3.044	4.866	466	64	2.701	3.584	63.580
	Set	3.502,5	35,0	71,5	3.147	56.712	2.900	4.592	585	71	2.429	3.406	64.889
	Out	3.857,2	35,0	86,0	563	56.740	2.933	5.321	523	100	2.228	3.156	66.611
	Nov	4.182,7	35,0	70,4	759	56.144	3.001	4.922	464	59	2.419	3.269	68.660
	Dez	3.816,4	35,0	78,5	11.483	66.807	3.737	5.731	334	62	2.646	3.345	71.074
2007	Jan	3.735,4	-	87,6	132	68.033	3.932	6.292	292	44	2.794	4.062	73.203
	Fev	3.517,1	53,9	40,3	224	67.410	3.136	4.912	412	66	2.539	3.979	74.103
	Mar	3.458,2	87,9	64,0	847	67.026	3.326	5.244	532	62	3.231	4.174	75.184
	Abr	3.681,9	47,5	65,3	462	67.546	3.121	4.997	484	86	4.033	4.923	75.542
	Mai	3.819,5	47,5	40,3	326	67.846	3.257	5.129	701	70	3.731	4.832	75.792
	Jun	3.778,4	48,6	46,6	175	67.579	3.261	5.028	477	51	3.104	3.951	76.958
	Jul	3.836,2	47,5	59,7	417	67.192	3.351	5.215	345	73	3.212	3.951	78.269
	Ago	3.925,9	47,5	38,2	360	66.743	3.503	5.516	509	59	3.590	4.490	79.450
	Set	4.335,6	47,5	43,3	1.076	65.826	3.281	5.106	504	66	2.836	3.700	80.924
	Out	4.124,9	34,0	58,9	0	65.848	3.423	5.448	439	74	3.131	3.939	82.496
	Nov	4.191,5	34,0	36,0	40	65.419	3.435	5.440	510	82	2.923	3.808	84.172
	Dez	4.258,4	34,0	62,3	482	64.684	4.264	6.316	707	107	3.255	4.384	86.239
2008	Jan	4.451,4	43,2	47,8	284	65.180	4.563	6.766	188	77	3.035	3.630	89.232
	Fev	4.115,7	45,7	33,5	611	69.270							
	Mar	3.997,8	43,2	40,5	236	68.870							
	Abr	4.397,8	43,2	32,5	677	70.614							
	Mai	4.638,3	43,2	43,3	373	76.757							
	Jun	4.766,1	43,4	39,0	964	79.008							
	Jul	4.824,9	43,9	52,7	1.550	79.019							
	Ago	4.884,2	43,2	51,5	1.248	79.362							
	Set	5.133,6	43,2	68,4	8.075	74.583							
	Out	5.451,8	43,2	91,4	2.539	68.818							
	Nov	4.789,1	43,2	53,9	813	68.121							
	Dez	4.987,1	75,8	301,4	6.736	62.218							

Custo da construção residencial no Estado de São Paulo

Custo da Construção Residencial no Estado de São Paulo – Padrão H8-2N/ R8-N													
Período	Global				Mão-de-obra				Material				
	Índice (Base Jun/94 = 100)	Variação (%)			Índice (Base Jun/94 = 100)	Variação (%)			Índice (Base Jun/94 = 100)	Variação (%)			
		No Mês	No Ano	Em 12 Meses		No Mês	No Ano	Em 12 Meses		No Mês	No Ano	Em 12 Meses	
2001	201,74	-	-	8,47	236,56	-	-	7,01	170,86	-	-	10,38	
2002	226,20	-	-	12,12	257,31	-	-	8,77	198,65	-	-	16,26	
2003	257,50	-	-	13,84	301,81	-	-	17,29	218,34	-	-	9,91	
2004	280,69	-	-	9,01	319,39	-	-	5,82	246,54	-	-	12,92	
2005	294,71	-	-	4,99	345,59	-	-	8,20	249,78	-	-	1,31	
2006	307,31	-	-	4,28	367,59	-	-	6,37	254,00	-	-	1,69	
2007	107,09	-	-	-	106,94	-	-	-	106,80	-	-	-	
2008	118,83	-	-	10,96	117,68	-	-	10,04	120,17	-	-	12,51	
2009	119,58	-	-	11,16	119,36	-	-	10,72	119,98	-	-	11,14	
2006	Mar	295,59	-0,18	0,30	3,73	346,03	-0,14	0,13	6,87	251,08	-0,22	0,52	0,16
	Abr	295,74	0,05	0,35	3,46	346,03	0,00	0,13	6,44	251,33	0,10	0,62	0,02
	Mai	303,93	2,77	3,13	3,75	362,43	4,74	4,87	6,31	252,23	0,36	0,98	0,66
	Jun	304,69	0,25	3,39	3,98	363,84	0,39	5,28	5,59	252,43	0,08	1,06	2,00
	Jul	305,21	0,17	3,56	4,13	364,49	0,18	5,47	5,79	252,81	0,15	1,21	2,09
	Ago	305,36	0,05	3,61	4,34	364,53	0,01	5,48	5,80	253,06	0,10	1,31	2,53
	Set	305,57	0,07	3,68	4,27	364,53	0,00	5,48	5,62	253,44	0,15	1,47	2,57
	Out	305,57	0,00	3,68	4,16	364,42	-0,03	5,45	5,48	253,52	0,03	1,50	2,51
	Nov	305,75	0,06	3,75	3,85	364,53	0,03	5,48	5,53	253,75	0,09	1,59	1,76
	Dez	307,31	0,51	4,28	4,28	367,59	0,84	6,37	6,37	254,00	0,10	1,69	1,69
2007	Jan	307,96	0,21	0,21	4,33	367,59	0,00	0,00	6,37	255,24	0,49	0,49	1,82
	Fev	100,00	-	-	-	100,00	-	-	-	100,00	-	-	-
	Mar	100,15	0,15	-	-	100,31	0,31	-	-	99,88	-0,12	-	-
	Abr	100,86	0,71	-	-	101,25	0,95	-	-	100,39	0,51	-	-
	Mai	102,08	1,21	-	-	103,36	2,08	-	-	100,42	0,03	-	-
	Jun	103,54	1,43	-	-	105,29	1,87	-	-	101,31	0,88	-	-
	Jul	104,14	0,58	-	-	105,72	0,41	-	-	102,11	0,79	-	-
	Ago	104,66	0,50	-	-	105,98	0,25	-	-	102,78	0,66	-	-
	Set	104,93	0,26	-	-	106,03	0,05	-	-	103,29	0,50	-	-
	Out	105,75	0,78	-	-	106,35	0,30	-	-	104,73	1,39	-	-
	Nov	106,47	0,68	-	-	106,63	0,27	-	-	105,96	1,17	-	-
	Dez	107,09	0,59	-	-	106,94	0,29	-	-	106,80	0,80	-	-
2008	Jan	107,17	0,07	0,07	-	106,71	-0,21	-0,21	-	107,20	0,37	0,37	-
	Fev	107,58	0,38	0,45	7,58	106,83	0,11	-0,10	6,83	107,95	0,70	1,07	7,95
	Mar	107,79	0,20	0,65	7,63	106,90	0,07	-0,04	6,57	108,32	0,34	1,42	8,45
	Abr	108,23	0,41	1,06	7,31	106,97	0,07	0,03	5,65	109,29	0,90	2,33	8,87
	Mai	111,17	2,72	3,81	8,91	111,87	4,59	4,62	8,24	110,17	0,81	3,16	9,71
	Jun	113,55	2,14	6,03	9,66	115,08	2,86	7,61	9,30	111,78	1,46	4,66	10,34
	Jul	114,24	0,60	6,68	9,70	115,45	0,32	7,96	9,20	112,74	0,86	5,56	10,41
	Ago	115,79	1,36	8,13	10,64	116,64	1,03	9,07	10,06	114,82	1,84	7,51	11,71
	Set	116,64	0,74	8,92	11,16	116,86	0,19	9,28	10,21	116,40	1,38	8,98	12,69
	Out	118,62	1,69	10,76	12,17	117,74	0,75	10,10	10,71	119,66	2,81	12,04	14,26
	Nov	118,87	0,21	11,00	11,64	117,65	-0,07	10,02	10,33	120,29	0,52	12,62	13,52
	Dez	118,83	-0,04	10,96	10,96	117,68	0,02	10,04	10,04	120,17	-0,10	12,51	12,51
2009	Jan	119,08	0,21	0,21	11,11	117,68	0,00	0,00	10,27	120,71	0,44	0,44	12,59
	Fev	119,58	0,42	0,63	11,16	119,36	1,42	1,42	11,72	119,98	-0,60	-0,16	11,14

(*) Tendo em vista a publicação da NBR 12.721-2006, os Custos Unitários Básicos por metro quadrado de construção passaram, a partir de fevereiro de 2007, a ser calculados a partir de novos projetos-padrão e, em consequência, de novos lotes de insumos.

Fonte: SindusCon-SP/FGV Projetos

Preços de materiais de construção no Estado de São Paulo

Fevereiro de 2009 – ordem decrescente de variação percentual em 12 meses

Material	Unidade	Preço	Variação (%)		
			Mês	Ano	12 Meses
Bloco de concreto 19x19x39cm	unidade	1,78	0,00	1,14	40,16
Brita 2	m ³	55,13	0,69	3,90	34,27
Registro de pressão cromado Ø=1,27cm	unidade	51,51	1,84	1,84	28,71
Massa pronta p/ reboco externo c/imperm	kg	0,23	0,00	0,00	27,78
Aço CA-50 Ø 10 mm	kg	3,23	-3,00	-3,00	24,71
Prego 18x27 c/ cabeça	kg	4,71	0,64	-0,21	22,98
Concreto FCK=25 MPa	m ³	217,73	0,89	2,51	22,80
Areia média lavada	m ³	53,06	-1,08	1,18	22,09
Alimentação tipo marmitem n° 8	unidade	6,22	0,00	0,00	20,78
Placa de gesso p/ forro s/ colocação	m ²	8,60	1,42	4,24	19,78
Janela de correr 2 folhas 1,2x1,2 m	m ²	216,29	1,31	1,31	15,21
Óleo diesel	l	2,15	0,00	-0,46	14,97
Bloco cerâmico p/ alv vedação 9x19x19cm	milheiro	382,39	1,15	1,14	14,19
Granito polido p/ piso 40x40cm	m ²	123,40	0,00	0,51	12,07
Tubo de ferro galv. c/ costura Ø 2 1/2"	m	41,40	0,36	-0,48	11,47
Fechadura, tráfego moderado acab. cromo	unidade	38,54	0,60	0,86	9,80
Tubo de PVC rígido rosca água Ø=25mm	barra	19,41	0,83	0,78	8,74
Bancada de pia de mármore 2x0,6x0,02cm	unidade	252,74	0,00	0,00	7,09
Vidro liso transparente 4 mm c/ massa	m ²	46,06	1,88	2,58	6,65
Emulsão asfáltica c/elastômero p/imperm.	kg	5,79	0,00	0,87	6,04
Bacia sanit. branca c/ cx. acoplada 6 L	unidade	148,97	0,26	0,26	5,41
Tubo PVC-R rígido p/ esgoto Ø 150 mm	m	19,89	-0,50	0,35	3,81
Impermeab. normal tipo vedacit 18l	kg	48,02	-0,12	0,82	3,29
Vidro liso transparente 3mm s/ colocação	m ²	34,60	2,06	2,76	2,85
Locação de betoneira elétrica 320 l	R\$/mês	174,81	-0,73	-1,73	2,84
Tinta látex branca PVA	lata	138,49	-0,59	-0,52	1,95
Chapa compensado resinado 12mm	m ²	12,14	0,00	0,25	1,85
Eletroduto PVC rígido Ø ext.=3,81cm	barra	11,12	-0,27	-0,18	1,37
Dobradiça em ferro polido	unidade	3,97	0,00	0,25	1,28
Tubo de cobre Ø=15mm classe industrial	m	15,70	-0,70	-1,44	0,96
Placa cerâmica (azulejo) 15x15cm 1ª linha PEI II	m ²	14,23	-0,42	0,28	0,92
Chapa compensado plastificado 18mm	m ²	27,12	0,59	2,96	0,89
Telha ondulada fibrocimento 6 mm	m ²	11,94	-1,49	-0,75	-1,08
Cerâmica esmaltada 20x20cm PEI III	m ²	18,11	0,00	0,00	-1,74
Esquadrias correr 4 folhas al. 2,0x1,4m	m ²	273,30	0,00	0,00	-1,86
Porta lisa p/ pintura 3,5x70x210cm	unidade	73,75	-0,58	-0,16	-2,49
Batente p/ pintura 3,5x14x70x210cm	unidade	76,94	0,00	-0,19	-2,51
Fio cobre anti-chama isol. 750 V 2,5 mm ²	rolo	68,04	-0,69	-1,61	-2,56

Emprego da construção por Estados

Período	Região Norte							Região Nordeste									
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	
2005	Jan	5.519	5.027	12.732	2.663	32.429	2.974	9.286	18.233	15.727	34.460	21.700	14.930	52.965	11.753	18.985	82.575
	Fev	5.483	5.054	12.972	2.625	31.531	2.629	9.222	18.184	15.447	34.835	21.593	15.152	53.131	12.042	19.338	82.021
	Mar	5.375	5.091	13.223	2.685	31.169	2.318	9.214	18.241	15.532	34.776	22.160	14.868	53.614	11.950	19.521	83.527
	Abr	5.544	5.080	13.487	2.764	31.320	2.224	9.640	18.231	15.797	34.396	22.549	14.896	53.897	12.142	19.449	84.713
	Mai	5.774	5.210	13.807	2.724	31.652	2.222	9.819	18.516	15.904	34.645	23.128	14.904	53.855	12.429	19.175	85.398
	Jun	6.141	5.374	14.189	2.828	32.254	2.248	10.468	18.963	16.349	35.175	23.508	14.755	53.424	13.006	19.207	86.284
	Jul	6.278	5.522	14.343	2.830	33.357	2.401	10.646	18.921	16.244	35.375	23.163	14.948	53.781	13.101	19.370	88.939
	Ago	6.508	5.600	14.791	2.777	34.089	2.733	10.811	19.245	16.320	35.455	23.270	15.029	54.058	13.318	19.419	91.180
	Set	6.744	5.765	14.788	2.799	35.106	2.929	10.881	19.324	16.107	35.786	24.157	15.007	55.324	13.539	19.554	92.686
	Out	6.801	5.762	14.663	2.835	36.477	2.935	10.790	19.813	16.279	36.112	24.662	15.208	55.689	14.083	19.626	92.473
	Nov	6.632	5.644	15.085	2.856	37.023	3.043	9.652	19.872	16.165	36.034	24.740	15.152	55.662	13.554	19.788	92.686
	Dez	6.208	5.469	14.429	2.821	35.869	2.536	8.626	19.625	15.859	35.490	24.171	14.975	55.285	12.991	19.549	91.353
2006	Jan	6.144	5.570	14.320	2.854	35.582	2.362	8.307	19.525	15.439	35.693	24.330	15.040	55.905	13.182	19.902	93.029
	Fev	6.129	5.692	14.540	3.006	35.847	2.302	8.566	19.482	15.459	36.931	24.715	15.449	56.539	13.485	20.808	93.376
	Mar	5.923	5.684	14.542	3.064	34.961	2.149	8.615	19.353	16.008	37.092	25.219	15.482	56.653	13.377	21.147	93.661
	Abr	6.176	5.807	14.879	3.075	34.213	2.098	8.805	19.542	16.021	37.326	25.896	15.850	56.996	13.555	21.621	93.001
	Mai	6.610	5.755	15.069	3.056	34.595	2.026	9.689	19.788	16.710	37.948	26.460	16.193	56.949	13.085	21.489	93.554
	Jun	7.084	6.020	15.138	3.076	35.509	1.986	10.351	20.250	17.752	38.902	27.255	16.519	56.607	12.779	21.556	93.642
	Jul	7.504	5.986	15.254	3.030	37.228	2.085	10.290	20.697	18.458	40.141	27.613	16.992	57.438	12.697	21.365	94.222
	Ago	7.581	6.165	15.560	3.052	38.895	2.236	10.588	21.489	18.509	41.391	28.225	17.068	57.506	12.567	21.286	94.831
	Set	7.670	6.322	15.936	3.085	39.438	2.355	10.218	21.866	18.130	42.287	29.509	17.655	57.895	12.603	21.113	95.522
	Out	7.463	6.413	16.481	3.092	39.813	2.411	10.292	22.789	17.724	41.718	29.650	17.896	58.576	12.676	20.694	92.094
	Nov	7.060	6.132	16.862	3.061	39.957	2.589	9.715	23.145	17.115	40.901	29.560	17.547	58.304	12.545	20.309	91.052
	Dez	6.257	5.372	16.727	3.015	37.831	2.645	8.913	22.684	15.946	39.852	28.768	16.774	56.660	12.183	19.787	88.982
2007	Jan	6.189	5.105	16.727	3.051	36.327	2.547	9.449	22.549	16.056	38.878	28.774	17.157	56.894	12.176	19.707	89.777
	Fev	6.157	5.113	16.825	3.128	36.401	2.629	9.886	22.854	15.743	39.204	28.676	17.793	57.069	12.247	20.031	90.527
	Mar	6.170	5.101	17.365	3.185	35.420	2.642	10.206	22.657	15.608	39.239	28.735	18.072	57.118	12.584	20.118	91.547
	Abr	6.395	5.368	18.304	3.260	35.397	2.635	11.254	22.634	15.516	39.853	29.121	18.655	57.467	12.657	20.794	93.639
	Mai	6.817	5.339	19.156	3.339	35.714	2.769	12.166	22.763	15.486	40.292	29.375	18.475	57.990	12.117	20.717	94.824
	Jun	7.052	5.458	20.613	3.269	37.067	2.772	13.238	23.291	15.084	41.413	29.300	17.884	57.626	11.967	20.745	95.757
	Jul	7.333	5.424	21.838	3.337	39.154	2.999	14.215	23.339	15.098	42.340	29.774	17.884	57.289	11.809	20.756	97.288
	Ago	7.499	5.425	22.492	3.392	40.273	3.129	14.891	24.070	15.219	42.785	29.416	17.904	58.110	11.875	20.693	99.509
	Set	7.494	5.442	22.854	3.472	40.561	3.114	15.333	25.249	15.917	43.247	29.495	18.421	59.621	12.093	21.204	101.120
	Out	7.567	5.449	22.987	3.585	41.624	3.037	15.700	25.787	16.475	44.059	29.206	18.957	60.921	12.229	21.391	101.917
	Nov	7.208	5.269	22.574	3.697	43.278	2.901	15.641	26.164	16.390	44.504	29.093	18.879	62.768	12.145	21.622	101.845
	Dez	6.592	4.987	21.972	3.770	42.404	2.739	13.644	26.104	15.915	43.580	28.577	18.449	62.956	12.006	21.460	100.196
2008	Jan	6.665	5.193	21.564	3.975	42.333	2.661	14.021	26.222	16.337	43.801	29.171	18.462	64.874	12.142	21.379	101.902
	Fev	6.349	5.085	21.741	4.050	42.331	2.500	13.671	26.199	16.423	44.860	29.640	18.696	66.475	12.722	21.581	103.738
	Mar	6.524	5.001	22.464	4.105	41.787	2.504	13.676	26.385	16.354	45.329	30.525	18.679	67.729	12.954	21.546	107.415
	Abr	6.887	5.146	22.657	4.247	41.757	2.341	14.289	26.945	16.595	45.097	30.687	18.557	66.029	13.174	21.923	109.872
	Mai	7.372	5.471	23.219	4.068	42.411	2.424	15.406	27.799	16.934	45.652	31.530	18.384	66.199	12.985	21.921	113.370
	Jun	7.664	5.746	24.431	3.976	44.078	2.502	16.294	28.554	17.972	48.193	32.696	18.581	67.762	12.895	21.865	113.175
	Jul	7.983	5.906	24.890	3.863	45.532	2.640	16.705	30.534	18.909	49.911	34.236	19.230	69.003	12.886	22.163	112.336
	Ago	8.404	5.992	25.043	3.842	46.372	2.589	16.650	32.406	19.639	50.882	35.015	19.857	70.393	13.196	22.712	113.422
	Set	8.980	6.101	24.873	4.010	47.017	2.527	16.690	33.924	20.467	51.803	35.877	20.456	73.781	13.756	23.193	114.388
	Out	9.258	6.076	24.809	4.057	47.425	2.618	15.718	35.704	21.325	51.039	34.887	20.996	75.105	13.880	23.265	110.752
	Nov	9.179	5.670	24.543	4.150	46.142	2.520	14.452	36.667	21.622	49.592	33.824	20.995	76.885	13.491	23.118	111.538
	Dez	8.675	5.158	23.772	4.060	42.772	2.108	12.111	36.502	21.011	46.842	32.188	20.220	75.280	12.646	22.630	107.115

Emprego da construção por Estados

Período	Região Sudeste				Região Sul			Região Centro-Oeste				
	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal	
2005	Jan	190.379	36.916	158.948	380.849	69.116	57.147	83.552	15.116	17.938	37.857	41.942
	Fev	190.700	37.288	158.599	382.776	69.779	57.044	82.831	15.055	17.834	38.211	41.866
	Mar	193.328	38.033	158.818	385.281	70.210	57.057	82.219	15.054	17.723	38.287	42.147
	Abr	197.253	39.113	160.228	389.785	70.616	57.921	82.275	15.161	17.838	39.751	43.010
	Mai	201.133	39.926	161.197	391.513	71.514	58.370	82.440	15.262	17.999	41.133	43.543
	Jun	204.981	40.778	164.112	396.289	71.897	58.922	82.797	15.334	17.951	42.496	44.520
	Jul	207.811	41.359	165.890	398.787	72.011	59.366	82.606	15.245	17.849	44.164	45.404
	Ago	211.536	42.281	167.355	405.739	73.014	59.624	82.740	15.094	17.917	45.098	45.896
	Set	215.791	43.079	167.807	410.604	73.241	59.995	82.802	15.349	17.731	46.460	46.369
	Out	220.358	44.413	166.329	414.220	73.602	60.882	83.500	15.359	17.632	46.947	46.579
	Nov	219.747	44.393	166.888	414.594	73.851	61.054	83.557	15.416	16.926	45.538	45.996
	Dez	212.711	43.450	166.459	409.836	72.275	60.210	81.978	15.103	15.950	42.075	44.655
2006	Jan	217.439	44.171	168.529	415.480	74.273	61.212	82.892	15.274	15.917	43.008	44.659
	Fev	222.113	44.192	170.431	417.284	75.043	61.056	83.786	15.410	16.429	43.669	44.849
	Mar	224.700	45.092	171.446	418.445	75.159	61.238	83.935	15.309	16.053	43.956	44.525
	Abr	228.524	46.240	173.000	422.210	75.752	61.917	84.421	15.529	16.462	44.374	45.051
	Mai	233.428	47.120	175.162	423.197	77.895	62.039	85.095	15.726	16.933	45.290	44.939
	Jun	233.100	48.111	176.381	424.727	77.484	62.111	84.717	15.998	17.203	45.655	45.338
	Jul	241.149	49.713	178.295	429.331	78.320	62.618	85.155	16.224	17.794	46.435	46.026
	Ago	242.738	50.707	179.740	434.875	79.064	63.292	84.572	16.660	18.351	46.141	46.212
	Set	243.565	51.208	182.622	437.416	79.931	64.041	84.900	17.038	18.401	46.417	46.609
	Out	243.757	51.537	184.722	439.557	80.403	64.308	84.753	17.248	17.658	45.358	46.303
	Nov	239.161	50.838	185.649	440.920	80.502	63.864	85.065	16.818	17.403	44.048	45.703
	Dez	229.901	48.968	184.250	437.663	78.585	62.345	83.844	16.175	16.695	41.341	45.927
2007	Jan	232.283	49.479	185.011	444.106	80.494	63.765	85.071	15.765	16.794	41.680	45.850
	Fev	232.177	49.499	185.529	448.278	80.837	64.094	84.469	15.610	16.993	41.778	45.535
	Mar	237.876	50.135	186.543	454.160	82.062	64.832	84.913	15.695	17.465	42.829	45.686
	Abr	243.562	50.977	188.955	465.483	83.326	66.398	86.036	16.045	18.618	44.784	46.164
	Mai	244.513	51.120	190.700	469.831	84.724	66.886	86.432	15.913	19.561	45.549	45.659
	Jun	246.641	51.246	193.334	475.867	85.532	67.656	87.521	15.974	20.185	46.482	46.254
	Jul	248.038	51.609	191.652	485.192	87.006	68.760	88.712	16.304	20.552	47.305	46.840
	Ago	251.087	51.853	195.140	494.535	88.718	69.331	90.789	16.417	21.300	47.771	47.717
	Set	257.356	51.732	198.965	504.099	89.979	69.731	92.176	16.765	22.007	48.624	49.144
	Out	261.378	51.832	201.203	512.996	90.564	70.589	93.637	17.217	22.169	49.902	49.499
	Nov	260.771	51.470	201.635	518.672	90.079	71.346	94.689	18.550	21.805	49.798	49.912
	Dez	254.611	50.431	200.763	516.058	88.340	69.952	93.721	18.910	19.863	46.819	49.904
2008	Jan	259.270	52.162	205.085	531.175	91.125	72.134	95.906	20.559	20.285	48.769	51.242
	Fev	263.501	52.397	208.189	541.799	93.071	73.124	96.815	21.181	21.380	49.720	52.132
	Mar	271.185	53.729	212.782	553.445	94.188	74.455	98.546	21.600	21.682	50.609	53.377
	Abr	279.497	55.325	216.725	565.039	96.022	76.407	99.902	21.504	22.865	53.230	54.498
	Mai	285.494	55.976	221.387	568.918	99.150	77.431	100.453	21.788	24.482	55.256	54.609
	Jun	291.435	57.636	227.445	578.518	100.933	79.064	101.636	21.760	25.705	58.211	55.091
	Jul	296.544	58.785	234.153	587.262	103.881	80.618	103.658	21.780	26.727	60.514	55.515
	Ago	303.144	59.518	238.036	598.810	105.871	82.610	105.259	21.773	27.375	63.253	56.292
	Set	310.024	60.274	243.025	607.099	107.859	83.849	106.513	21.689	27.888	64.962	57.113
	Out	312.086	59.576	244.901	610.358	108.519	84.146	106.447	21.630	27.457	65.627	56.382
	Nov	301.280	58.442	245.521	608.348	107.888	83.666	106.115	21.035	26.632	63.366	55.643
	Dez	279.878	55.406	241.196	592.408	103.925	81.084	103.771	19.361	23.902	56.830	54.106

Emprego da construção brasileira por segmento

Período	Obras						Serviços			Total	
	Preparação de Terreno	Edificações	Infra-Estrutura	Obras de Instalação	Obras de Acabamento	Total	Incorporação de Imóveis	Engenharia e Arquitetura	Total		
2005	Jan	58.441	854.796	96.898	166.308	58.884	1.235.327	85.467	110.924	196.391	1.431.718
	Fev	58.506	854.775	96.626	166.695	59.197	1.235.799	85.871	111.572	197.443	1.433.242
	Mar	59.093	860.089	96.249	166.800	59.955	1.242.186	86.766	112.469	199.235	1.441.421
	Abr	59.251	874.315	97.021	166.575	60.159	1.257.321	87.721	114.038	201.759	1.459.080
	Mai	60.207	884.664	98.289	166.411	59.581	1.269.152	88.579	115.461	204.040	1.473.192
	Jun	60.839	900.241	98.524	167.439	59.849	1.286.892	89.173	118.185	207.358	1.494.250
	Jul	61.799	911.151	98.887	167.759	60.542	1.300.138	89.941	119.632	209.573	1.509.711
	Ago	63.211	922.505	101.962	169.217	61.472	1.318.367	90.831	121.699	212.530	1.530.897
	Set	64.336	933.800	103.082	171.240	62.310	1.334.768	91.769	123.187	214.956	1.549.724
	Out	65.087	943.327	103.450	171.526	62.482	1.345.872	92.790	125.367	218.157	1.564.029
	Nov	64.841	939.021	103.231	171.829	62.924	1.341.846	93.329	126.373	219.702	1.561.548
	Dez	63.709	912.694	102.795	170.143	61.316	1.310.657	93.680	125.621	219.301	1.529.958
2006	Jan	64.417	928.982	102.744	170.398	62.353	1.328.894	94.226	126.918	221.144	1.550.038
	Fev	65.614	942.496	102.379	170.698	62.700	1.343.887	94.598	128.103	222.701	1.566.588
	Mar	66.527	947.296	102.025	170.940	62.302	1.349.090	94.766	128.932	223.698	1.572.788
	Abr	67.683	957.843	102.410	170.873	62.909	1.361.718	95.812	130.811	226.623	1.588.341
	Mai	68.917	971.384	102.822	171.884	62.993	1.378.000	96.247	131.553	227.800	1.605.800
	Jun	70.007	977.933	103.679	172.609	62.338	1.386.566	96.538	132.147	228.685	1.615.251
	Jul	71.448	997.404	105.117	174.359	62.878	1.411.206	96.873	133.981	230.854	1.642.060
	Ago	72.867	1.008.900	106.114	175.324	63.284	1.426.489	97.219	135.593	232.812	1.659.301
	Set	73.444	1.018.910	106.452	176.489	63.764	1.439.059	97.826	136.867	234.693	1.673.752
	Out	73.358	1.017.372	106.775	177.545	64.732	1.439.782	98.353	137.251	235.604	1.675.386
	Nov	72.533	1.007.953	106.499	177.601	64.706	1.429.292	98.698	137.835	236.533	1.665.825
	Dez	69.962	977.681	105.728	176.399	63.676	1.393.446	98.245	136.399	234.644	1.628.090
2007	Jan	70.560	986.478	106.092	177.008	65.016	1.405.154	99.301	137.206	236.507	1.641.661
	Fev	70.906	991.155	105.609	177.611	65.395	1.410.676	100.249	138.157	238.406	1.649.082
	Mar	71.816	1.006.690	106.339	177.658	65.426	1.427.929	101.121	138.913	240.034	1.667.963
	Abr	73.663	1.032.685	107.236	178.338	66.894	1.458.816	102.551	141.930	244.481	1.703.297
	Mai	73.865	1.044.607	107.814	178.606	67.656	1.472.548	103.361	142.318	245.679	1.718.227
	Jun	75.462	1.060.175	108.432	179.040	67.908	1.491.017	104.588	143.623	248.211	1.739.228
	Jul	77.217	1.075.737	108.017	180.670	68.272	1.509.913	105.343	146.591	251.934	1.761.847
	Ago	79.033	1.094.889	110.219	182.227	69.821	1.536.189	106.705	148.446	255.151	1.791.340
	Set	79.818	1.119.302	112.155	184.539	70.772	1.566.586	108.263	150.366	258.629	1.825.215
	Out	80.494	1.135.906	113.458	186.307	72.106	1.588.271	110.071	153.535	263.606	1.851.877
	Nov	79.580	1.143.510	113.346	187.197	72.449	1.596.082	110.971	155.652	266.623	1.862.705
	Dez	77.131	1.123.904	111.358	186.398	71.410	1.570.201	110.835	153.687	264.522	1.834.723
2008	Jan	77.746	1.155.222	111.733	190.223	73.920	1.608.844	112.785	156.785	269.570	1.878.414
	Fev	78.912	1.176.589	111.734	193.640	75.543	1.636.418	113.824	159.128	272.952	1.909.370
	Mar	80.103	1.201.856	112.339	198.753	76.804	1.669.855	115.735	162.985	278.720	1.948.575
	Abr	82.069	1.228.922	112.890	199.679	78.366	1.701.926	117.875	167.416	285.291	1.987.217
	Mai	84.331	1.251.910	114.693	200.162	79.500	1.730.596	119.495	169.998	289.493	2.020.089
	Jun	87.073	1.280.661	117.740	201.068	80.812	1.767.354	122.212	174.252	296.464	2.063.818
	Jul	90.156	1.307.506	119.880	203.162	81.728	1.802.432	124.435	179.297	303.732	2.106.164
	Ago	92.738	1.330.916	122.670	208.428	83.562	1.838.314	126.650	183.391	310.041	2.148.355
	Set	94.758	1.354.488	124.536	213.124	84.177	1.871.083	129.230	187.825	317.055	2.188.138
	Out	95.361	1.355.316	124.729	213.201	84.625	1.873.232	130.413	190.398	320.811	2.194.043
	Nov	93.400	1.335.972	124.362	211.962	84.805	1.850.501	130.451	191.372	321.823	2.172.324
	Dez	88.770	1.270.627	120.538	206.132	82.002	1.768.069	128.977	187.911	316.888	2.084.957

Emprego da construção paulista por segmento

Período	Obras						Serviços			Total	
	Preparação de Terreno	Edificações	Infra-Estrutura	Obras de Instalação	Obras de Acabamento	Total	Incorporação de Imóveis	Engenharia e Arquitetura	Total		
2005	Jan	14.425	199.650	13.375	60.499	26.134	314.083	31.045	35.721	66.766	380.849
	Fev	14.488	200.775	13.324	60.688	26.386	315.661	30.945	36.170	67.115	382.776
	Mar	14.666	202.384	13.138	60.749	27.112	318.049	31.022	36.210	67.232	385.281
	Abr	14.860	205.783	12.973	60.488	27.422	321.526	31.275	36.984	68.259	389.785
	Mai	14.939	206.728	13.346	60.824	26.840	322.677	31.305	37.531	68.836	391.513
	Jun	14.948	210.449	13.189	61.367	26.887	326.840	31.250	38.199	69.449	396.289
	Jul	15.027	211.124	13.294	61.778	27.268	328.491	31.414	38.882	70.296	398.787
	Ago	15.297	213.431	15.630	62.520	27.658	334.536	31.653	39.550	71.203	405.739
	Set	15.670	215.571	15.864	63.437	28.216	338.758	31.831	40.015	71.846	410.604
	Out	15.876	217.340	16.914	63.667	27.870	341.667	32.034	40.519	72.553	414.220
	Nov	15.655	217.777	17.028	63.370	28.334	342.164	32.052	40.378	72.430	414.594
	Dez	15.379	215.306	17.279	61.959	27.810	337.733	32.053	40.050	72.103	409.836
2006	Jan	15.605	218.802	17.280	62.070	28.514	342.271	32.252	40.957	73.209	415.480
	Fev	15.733	219.297	18.267	61.696	28.498	343.491	32.417	41.376	73.793	417.284
	Mar	15.873	219.481	19.190	61.691	28.070	344.305	32.418	41.722	74.140	418.445
	Abr	16.422	222.108	18.405	61.518	28.162	346.615	32.867	42.728	75.595	422.210
	Mai	16.273	223.469	18.399	61.521	27.835	347.497	32.995	42.705	75.700	423.197
	Jun	16.581	225.311	18.369	61.367	27.244	348.872	33.086	42.769	75.855	424.727
	Jul	16.856	228.171	18.377	62.178	27.332	352.914	33.253	43.164	76.417	429.331
	Ago	17.266	231.395	19.045	62.513	27.324	357.543	33.344	43.988	77.332	434.875
	Set	17.827	232.181	19.056	63.179	27.444	359.687	33.554	44.175	77.729	437.416
	Out	17.742	233.138	18.740	63.874	28.166	361.660	33.914	43.983	77.897	439.557
	Nov	17.389	234.564	18.423	64.015	28.282	362.673	33.994	44.253	78.247	440.920
	Dez	17.088	232.108	18.407	64.139	28.110	359.852	33.802	44.009	77.811	437.663
2007	Jan	17.434	236.025	18.315	64.511	28.987	365.272	34.170	44.664	78.834	444.106
	Fev	17.328	238.744	18.275	65.044	29.477	368.868	34.480	44.930	79.410	448.278
	Mar	17.423	243.701	18.068	65.556	29.637	374.385	34.716	45.059	79.775	454.160
	Abr	17.515	250.664	18.642	65.932	30.670	383.423	35.316	46.744	82.060	465.483
	Mai	17.574	253.733	18.663	65.934	31.015	386.919	35.675	47.237	82.912	469.831
	Jun	17.971	257.776	19.191	65.957	30.874	391.769	36.212	47.886	84.098	475.867
	Jul	18.279	263.323	20.981	66.356	31.013	399.952	36.483	48.757	85.240	485.192
	Ago	18.684	269.648	21.305	66.869	31.888	408.394	37.037	49.104	86.141	494.535
	Set	19.171	275.782	21.493	67.488	32.413	416.347	37.717	50.035	87.752	504.099
	Out	19.576	281.165	21.717	67.673	33.281	423.412	38.523	51.061	89.584	512.996
	Nov	19.610	285.171	21.830	67.815	33.514	427.940	38.955	51.777	90.732	518.672
	Dez	19.455	283.778	21.474	67.965	33.106	425.778	39.049	51.231	90.280	516.058
2008	Jan	19.732	293.349	21.350	69.998	34.618	439.047	39.535	52.593	92.128	531.175
	Fev	20.043	298.727	21.679	72.131	35.661	448.241	39.785	53.773	93.558	541.799
	Mar	20.211	304.283	21.560	74.898	36.643	457.595	40.299	55.551	95.850	553.445
	Abr	20.556	311.737	21.618	74.472	37.901	466.284	41.227	57.528	98.755	565.039
	Mai	20.757	313.617	21.667	74.121	38.514	468.676	41.897	58.345	100.242	568.918
	Jun	21.165	319.289	21.709	74.648	38.999	475.810	42.836	59.872	102.708	578.518
	Jul	21.306	323.581	21.972	75.604	39.261	481.724	43.818	61.720	105.538	587.262
	Ago	21.438	327.914	22.397	78.345	39.923	490.017	44.976	63.817	108.793	598.810
	Set	21.699	331.199	23.082	79.294	39.803	495.077	46.302	65.720	112.022	607.099
	Out	21.686	333.763	23.292	78.819	39.414	496.974	46.966	66.418	113.384	610.358
	Nov	21.748	332.800	23.487	76.733	39.554	494.322	47.241	66.785	114.026	608.348
	Dez	21.266	323.406	22.984	73.303	38.669	479.628	46.687	66.093	112.780	592.408



**NO MUNDO DOS NEGÓCIOS,
CONTAR COM O CONHECIMENTO
DA FGV PROJETOS
É UMA EXCELENTE SOLUÇÃO.**

FGV Projetos. Todo o conhecimento da FGV a seu favor.

Contar com a FGV Projetos é contar com o conhecimento gerado nas Escolas e Institutos da Fundação Getúlio Vargas e ter à disposição os melhores profissionais do país. Afinal, a FGV não só forma os melhores profissionais, como também ajuda a formar as melhores organizações.

www.fgv.br/fgvprojetos



**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

FGV PROJETOS

Mais conteúdo,
melhores soluções.